

## Declaração de veracidade

Declaro para os devidos fins que os conteúdos/informações contidos neste Conjunto Documental são verdadeiros e autênticos.

*Check list* do que foi enviado:

1. Conjunto Documental enviado: Quadro II C – Processos de Registro de Bens Imateriais, na esfera municipal
2. Quantidade de pasta por Conjunto Documental: 01
3. Número total de páginas deste Conjunto Documental: **XX**

Santa Luzia, 17 de dezembro de 2021



**Joana Maria Teixeira Coelho Moreira**  
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

**SANTA LUZIA/MG**

**QUADRO II – PROTEÇÃO**

**CONJUNTO DOCUMENTAL “C”**

**PROCESSO DE REGISTRO DE BENS IMATERIAIS,  
NA ESFERA MUNICIPAL**

**“TERRITÓRIO TRADICIONAL DO MANZO NGUNZO  
KAIANGO: TERRA DO CABOCLO UBIRAJARA”**

**CATEGORIA: LUGAR**

**ANO 2021**

**EXERCÍCIO 2023**



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

## Sumário

Introdução	
1. Análise descritiva do bem cultural	
1.1. Breve biografia de Mãe Efigênia	
1.2. O Território Tradicional do <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i> : terra do Caboclo Ubirajara em Santa Luzia	
2. Descrição pormenorizada do bem cultural	
2.1. O candomblé	
2.2. O Território Tradicional do <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i> : terra do Caboclo Ubirajara e a cultura bantu	
2.3. Por que terreiro de candomblé?	
2.4. Descrição do ambiente do Território Tradicional do <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i> : terra do Caboclo Ubirajara	
2.5. As atividades do Território Tradicional do <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i> : terra do Caboclo Ubirajara	
2.6. O Território Tradicional do <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i> : terra do Caboclo Ubirajara e as ervas, as folhas e as árvores	
2.7. Identificação dos atores sociais: mãe, filhos, <i>ndumbe</i> e adeptos ou clientes	
3. Motivação do Registro	
4. Anuência	
5. Documentação fotográfica	
6. Plano de salvaguarda	
6.1. Diagnóstico da situação do bem cultural imaterial na ocasião do início da instrução do processo de Registro	
6.2. Diretrizes para a valorização e a continuidade do bem junto à comunidade e descrição detalhada das ações a serem desenvolvidas	
6.3. Cronograma gráfico das ações de salvaguarda	
7. Referências	
8. Ficha técnica	
9. Cópia da ata da reunião do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural	
10. Cópia do documento de homologação do processo de Registro	
11. Cópia da inscrição do Livro de Registro Municipal	
Anexo I	



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

## Introdução

Este dossiê visa fundamentar o Registro do Território Tradicional do *Manzo Ngunzo Kaiango*: terra do Caboclo Ubirajara como patrimônio cultural do município de Santa Luzia, a ser inscrito no livro de Registro dos Lugares. A solicitação de Registro do bem cultural, feita em 2021, foi proposta pela secretária municipal de cultura e turismo de Santa Luzia, Joana Maria Teixeira Coelho Moreira.

O Território Tradicional do *Manzo Ngunzo Kaiango*: terra do Caboclo Ubirajara é um terreiro de candomblé de nação Angola de tradição bantu<sup>1</sup> e está situado à rua Rio Grande do Sul, 339, bairro Bonanza, no município de Santa Luzia. O terreiro é considerado um território de extensão do quilombo *Manzo Ngunzo Kaiango*, localizado na cidade de Belo Horizonte, reconhecido como patrimônio cultural do estado de Minas Gerais em 2018.

O terreiro é conduzido pela *Mametu<sup>2</sup> N’Kise Muiandê*, mais conhecida como Mãe Efigênia. O *nkisi<sup>3</sup>* que rege o terreiro é Matamba e o Caboclo Ubirajara é considerado o dono do território, uma vez que o terreno foi adquirido para ser sua terra. O lugar mantém práticas culturais e religiosas dos povos bantus que foram trazidos ao Brasil como escravizados.

O Território Tradicional do *Manzo<sup>4</sup>* atua no município de Santa Luzia desde o ano de 2012, quando o espaço sagrado que funcionava na capital mineira teve que ser transferido para Santa Luzia devido as ações arbitrárias da Prefeitura de Belo Horizonte<sup>5</sup>. É um lugar liturgicamente organizado, em cujo espaço dá-se a transmissão e

---

<sup>1</sup> Os bantos são um conjunto de povos que habitavam a África Central nas regiões que hoje compreendem Angola, Congo, Gabão e Cabinda. Apesar das diferenças étnicas, esses povos compartilhavam o mesmo tronco linguístico: eram falantes das línguas bantos. Essa base comum permitiu que muitos traços culturais e significados religiosos fundamentais fossem compartilhados entre os diferentes grupos dessa grande região, vista hoje como um espaço geográfico menos heterogêneo do que se imaginava. (DAIBERT, 2015, p.10)

<sup>2</sup> *Mam* significa mãe e *etu* nossa. Entendimento como “a mãe de todos nós” ou “nossa mãe”.

<sup>3</sup> Divindade dos cultos de origem bantu correspondente ao orixá nagô. Do quicongo *nkisi*, *nkixi*, entidade sobrenatural; ídolo, fetiche (LOPES, 1996). O plural de *nkisi* é *minkisi*. O termo *nkisi* também é grafado como *inquire*.

<sup>4</sup> A partir de agora iremos nos referir ao bem cultural Território Tradicional do *Manzo Ngunzo Kaiango*: terra do Caboclo Ubirajara apenas como Território Tradicional do *Manzo*.

<sup>5</sup> A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, entre os anos de 2005 e 2012, iniciou um processo de notificação e multas para a comunidade, inviabilizou o processo de regularização do terreno do *Manzo* na



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

aquisição dos conhecimentos associados ao culto dos *minkisi* e todas as práticas culturais e ritualísticas da tradição bantu do candomblé Angola.

O candomblé é uma religião iniciática e suas comunidades possuem características próprias referentes a uma organização social extremamente regradada e hierarquizada, baseada em um parentesco mítico, onde a chefia espiritual e terrena encontra-se concentrada nas mãos da mãe ou pai de santo. É também um grupo social que congrega especialistas em vários rituais, como os que tocam os instrumentos, os que realizam os ritos de sacralização, os que preparam os alimentos votivos, os encarregados da coleta e preparo das ervas e muitos outros cujos títulos correspondem a tarefas específicas, todos sob a chefia do dirigente máximo dessas comunidades. São comunidades que apresentam, ainda, uma hierarquia sacerdotal baseada no tempo de iniciação, distinguindo aqueles já iniciados dos que estão sendo preparados para tal fim. Os segredos são revelados paulatinamente, e vários ritos de passagem vão concedendo aos mais velhos no culto a senioridade, que lhes possibilita ascender na hierarquia socioreligiosa.

Para produção do histórico do Território Tradicional do *Manzo* realizamos entrevistas semiestruturadas com a líder espiritual e com alguns filhos do terreiro, além de pesquisas de campo e textual.

Com as entrevistas, conversas informais e pesquisa de campo foi possível identificar os valores histórico, social, cultural e religioso associados ao Território Tradicional do *Manzo*, e assim justificar o reconhecimento e preservação legal desse lugar, propondo medidas de salvaguarda deste bem cultural imaterial.

---

capital, emitiu ordem de despejo alegando risco de desabamento das edificações que compõem o *Manzo*, e por fim, destruiu o terreiro de candomblé.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

## **1. ANÁLISE DESCRITIVA DO BEM CULTURAL**

### **1.1. Breve biografia de Mãe Efigênia**

Efigênia Maria da Conceição, mais conhecida como Mãe Efigênia, nasceu em 02 de janeiro de 1946, no município de Ouro Preto/MG. Mudou-se com sua família para a cidade de Belo Horizonte em 1955, quando tinha nove anos de idade. Na capital mineira a família residiu em diferentes endereços, como atesta Mãe Efigênia:

Em Belo Horizonte residimos na avenida do Contorno com Bernardo Guimarães. De lá nós descemos para morar no São Lucas, na rua Camões, depois descemos mais um pouco e fomos morar na rua Euclásio, 511 (bairro Santa Efigênia); hoje é uma enorme academia no local. Da rua Euclásio nós pulamos para rua Horizonte, depois viemos para o bairro Paraíso, aí moramos no Paraíso muitos anos, onde cresci. (Mãe Efigênia)

Na década de 1970 a família de Mãe Efigênia muda para o bairro Santa Efigênia e é neste período, devido a desavenças com familiares, que Mãe Efigênia e seus dois filhos passam a morar na rua.

Quando cresci vim para Santa Efigênia e de lá fui para a rua com os meus filhos. Fomos postos para fora de casa. Minha mãe nos colocou para fora de casa. Aí fiquei morando na rua com dois filhos. Foi onde pedi muito para Nossa Senhora Aparecida, Pai Benedito e São Jorge que me desse um lugar para mim voltar para casa com meus filhos. (Mãe Efigênia)

Mãe Efigênia era diarista e trabalhou para muitas famílias de classe média alta da cidade de Belo Horizonte. Uma dessas famílias, que foi ajudada por Mãe Efigênia devido aos seus dons espirituais, lhe pagou com dinheiro e com essa verba foi possível dar entrada para a compra de um terreno nas imediações da mata da Baleia, situada na região leste de Belo Horizonte.

Neste local, conhecido atualmente como quilombo *Manzo Ngunzo Kaiango*, Mãe Efigênia assentou morada, acolheu familiares, fundou seu terreiro, inicialmente



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

Senzala de Pai Benedito (umbanda) e depois o de candomblé, e em 2007 a Fundação Palmares reconheceu a comunidade como remanescente de quilombo<sup>6</sup>.

Isso aqui foi muita luta que eu cheguei. Com ajuda de meu Preto Véio que me arrumou um cantinho pra ficar com meus filhos. E aqui fiz um quartinho de compensado pra morar com os meus meninos. Estava morando praticamente na rua. Nessa época eu não atendia. Trabalhava no terreiro. Surgiu assim de repente esse cantinho, era tudo acidentado, cheguei e comprei uma enxada, uma picareta, um pé de cabra, um martelo e um facão. Com os meninos ainda pequenos subi para mata da Baleia, cortava uns paus. Fui no Abílio Moreira que era ali na rua Major Barbosa. No depósito do Moreira, ganhei uns compensados, e fiz um barraquinho de compensado, eu mesma que fiz. Eu mesma coloquei meu barraco. Furei o buraco mais meu menino, o menino mais velho tinha 10 anos, fizemos um buraco para fazer uma fossa, que era nosso banheiro, de compensado também. Aqui plantei, criei galinha, criei meus filhos. Não tinha água, não tinha luz. Água apanhava lá na biquinha na Mem de Sá. Enchia os tambores de noite. De manhã cedo saía pra trabalhar e os meninos estudavam na escola. Comprava saco de farinha de trigo e fazia a calça dos meninos, tingia de azul marinho e à noite eu passava roupa dos patrão. Eu lavava roupa o dia inteiro, e de noite vinha pra casa e passava. Trabalhava todo dia. Consegui comprar lã, ferro de brasa. [...] Daí fiz um terreirinho, num comodozinho pro Preto Véio, pro meu Pai Benedito atender.” (Mãe Efigênia, trecho extraído de MUIANDÊ; KIDOIALE, 2017, p. 7-8)

A mediunidade de Mãe Efigênia manifestou-se aos 11 anos de idade. Nesta idade, Mãe Efigênia, caiu, isto é, desmaiou e sua mãe a levou para o hospital. A enfermeira do local orientou que elas procurassem um terreiro, pois Mãe Efigênia não estava doente, e sim, incorporada.

“O forte da minha mãe era o catolicismo, digo que é o catolicismo, porque batizei, fiz primeira comunhão, tudo na igreja católica. Eu nem sabia o que era candomblé, sabia de nada de espiritismo. Aí, um dia, cai na rua e fiquei três noites e dois dias desacordada. Chama bolar, bolar no santo, hoje sei que boleei, entrei em transe, mas minha mãe não sabia. Quando foi no segundo dia, parecia que estava morta, sabia que estava viva, porque respirava e o coração batia. Quando levantei

---

<sup>6</sup> Portaria Nº 42, de 10 de abril de 2007/Certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares | Diário Oficial da União. Manzo Ngunzo Kaiango, localizada à Rua São Tiago, 216 - Bairro Santa Efigênia/Euclásio, município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, registrada no Livro de Cadastro Geral n. 10, Registro n. 942, fl. 07, em 13/03/2007.





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

para pegar água cai de novo, estava fraca. Aí uma enfermeira do hospital falou: ela está incorporada e tinha que me levar para um terreiro.

Uma enfermeira do hospital do pronto socorro, onde é o Amélia Lins, ali era o pronto socorro, aí minha mãe me levou lá e a enfermeira disse: ela está incorporada. Minha mãe falou: não, está não, isso é o demônio, minha mãe não conhecia. E ela [enfermeira] pegou e mandou me levar no terreiro. O terreiro era no fundo da minha casa. Era um terreiro de umbanda [de dona Maria Pai Benedito no bairro Paraíso] cheguei lá, só puseram a mão na minha cabeça e incorporei e estou incorporando até hoje.” (Mãe Efigênia).

No período de sua adolescência até os 31 anos de idade Mãe Efigênia benzia, curava pessoas, entre outros atendimentos sem ainda fazer iniciação no candomblé angola de tradição bantu. Com 32 anos vivenciou uma provação e optou por raspar a cabeça, isto é, fazer o santo.

O pai de santo de Mãe Efigênia era do candomblé de nação Jeje<sup>7</sup> e ele a informou que não poderia fazer a sua iniciação. Então, Mãe Efigênia fez o santo com a zeladora do Terreiro Bate Folhinha de nação Angola e, posteriormente, fez obrigação, em 1983, com Arabomi, Tateto Arabomi do Terreiro *Bakise Bantu Kasanje*, situado no município de Mateus Leme/MG.

“Eu comecei a frequentar os terreiros de candomblé, aprender e ensinar. Então, eu vi que tinha uma missão. Eu tenho uma missão muito grande aqui que eu não posso abandonar. Uma missão muito grande aqui na terra. Eu vim para plantar, pra ensinar, pra doutrinar as pessoas. Então, tenho que aprender a conviver [...] Não vim aqui pra te cobrar. Pra cobrar dela. Eu vim pra plantar. Semear amor. Semear paz. Semear como conviver um com o outro. Vim aqui pra poder entender as pessoas, pra que eu possa dar um pouquinho do que eu estou aprendendo pra vocês. É essa minha missão.

Então, com essa idade é tudo do santo o que eu tenho. Tudo que eu tenho é do santo, mas o candomblé e a umbanda, eu comecei com 11 anos e estou com 70 anos. Então, eu tenho muita experiência de vida, religiosa. Toda minha sabedoria, por tudo que aprendi, ainda não é o suficiente pra eu chegar no meio do poço. Porque nesse fundo ninguém chega. Porque quem chega não volta mais para contar o que

---

<sup>7</sup> O Candomblé de nação Jeje caracteriza-se pelo culto aos Voduns do Reino do antigo *Daomé* (mitologia *Fon*) trazidos para o Brasil pelos escravizados de várias regiões da África Ocidental e África Central. Os diversos grupos étnicos *daomeanos* (como *Fon*, *Ewe*, *Fanti*, *Ashanti*, *Mina*), no solo brasileiro, eram chamados *djedje* – do ioruba *ajeji*, significando “estrangeiro”, “estranho”. (BARBOSA JÚNIOR, 2011, p. 19).





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

aconteceu. E nem o que está acontecendo. (Mãe Efigênia, trecho extraído de MUIANDÊ; KIDOIALE, 2017, p.13)



Mãe Efigênia e *Tateto Arabomi* no Território Tradicional do *Manzo* em Santa Luzia.

Data: agosto de 2018

Foto: acervo do Quilombo *Manzo Ngunzo Kaiango*



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

## **1.2. O Território Tradicional do *Manzo Ngunzo Kaiango*: terra do Caboclo Ubirajara em Santa Luzia**

A comunidade do *Manzo Ngunzo Kaiango*, constituída na década de 1970 por Mãe Efigênia, situada à rua São Tiago, bairro Santa Efigênia em Belo Horizonte, era conhecida como Senzala de Pai Benedito. Com o processo de reconhecimento como quilombo urbano pela Fundação Palmares, finalizado em 2007, os membros da comunidade tiveram que registrar e fundar uma associação e optaram pelo nome *Manzo Ngunzo Kaiango*. Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*, assim relata o processo de nomear a comunidade/associação:

Precisamos, na época de registrar, montar a associação, um monte de coisa, pra ter os documentos, porque tinha um prazo. Mandamos esses documentos, e aí o presidente assinou a carta de autorreconhecimento. Foi esse o processo de reconhecimento de *Manzo*. E era Senzala de Pai Benedito. Aí quando fomos registrar a associação, a gente criou o nome. E aí, fomos no pai de santo da Mãe, pedimos que ele jogasse. Joga aqui, joga ali. Ele falou assim: Olha, aí é uma senzala. Se é uma senzala, é uma casa de candomblé. A gente pode dar “casa”, que quer dizer, em bantu, *manzo*, porque é uma casa de cultura bantu. A tradição que vocês mantêm aí é dos povos bantus. Então vamos colocar “casa da força de *Matamba*” de *Oyá*, de Iansã. *Manzo Ngunzo Kaiango*. *Manzo* quer dizer “casa”. *Ngunzo* quer dizer “força, axé”. E *Kaiango* é o nome de uma qualidade de Iansã em bantu, em Angola. Então ficou “a casa da força de Iansã”. E senzala de Pai Benedito a gente continuou mantendo o nome. Então, antes de ser um quilombo, era uma senzala. No contexto do quilombo, já era senzala. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*, trecho extraído de MUIANDÊ; KIDOIALE, 2017, p.21).

Antes do reconhecimento como comunidade quilombola, Mãe Efigênia comprou, em 2005, um terreno de 2.000 m<sup>2</sup> em Santa Luzia, situado no bairro Bonanza, para ser a terra do seu Caboclo.

Aqui tinha comprado por seis mil reais para o meu Caboclo, porque meu Caboclo queria um lugar bem sossegado, aqui era um ermo, hoje está mais movimentado. Então dois filhos de santos que comprou aqui pra mim. Eles compraram por seis mil reais. E construiu uma casinha pra mim, com três cômodos. (Mãe Efigênia)



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

Quando minha mãe comprou aqui era para ser a terra do Caboclo, por causa da referência ambiental, como é uma área de mata aqui na frente, a gente tem um espaço de plantio no fundo e ainda tem essa abertura para poder demarcar como espaço sagrado dentro de um espaço como todo. Aqui seria o candomblé de Caboclo, só que com a intervenção da prefeitura [de Belo Horizonte] acabou transformando em candomblé, casa de angola. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)

Como mencionado na citação de Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, entre os anos de 2005 e 2012, iniciou um processo de notificação e multas para a comunidade, inviabilizou o processo de regularização do terreno do *Manzo* na capital, emitiu ordem de despejo alegando risco de desabamento das edificações que compõem o *Manzo*, e por fim, destruiu o terreiro de candomblé. Sobre a destruição do terreiro, do sagrado, Mãe Efigênia comenta: “tive que vim para cá [Santa Luzia], você sabe da história, né? Que a Prefeitura de Belo Horizonte tirou a gente de lá, quebrou o meu sagrado<sup>8</sup>.”



Vista da entrada do Quilombo *Manzo Ngunzo Kaiango*

Data: 15 de novembro de 2021

Foto: Rildo César Souza

<sup>8</sup> Durante essa fala, Mãe Efigênia ficou muito emocionada e diante disso optamos por não a inquirir sobre o assunto. O tema foi abordado com sua filha de sangue, Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*. O Anexo I apresenta a narrativa completa de Cássia, *Makota Kidoiale*, sobre as arbitrariedades cometidas pela Prefeitura de Belo Horizonte com o quilombo *Manzo Ngunzo Kaiango*.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

Com a ordem de despejo, Mãe Efigênia e seus dois filhos de sangue vão para o terreno de Santa Luzia levando os assentamentos, isto é, os objetos sagrados do terreiro, e o restante da família foi morar provisoriamente num abrigo de Belo Horizonte. Com o intermédio do Ministério Público Federal a família voltou para o *Manzo Ngunzo Kaiango*, entretanto, a Prefeitura de Belo Horizonte tinha destruído o sagrado de Mãe Efigênia, isto é, seu terreiro. Diante disso, Mãe Efigênia optou por permanecer em Santa Luzia. Dessa forma, o terreiro de candomblé do *Manzo Ngunzo Kaiango* ficou em Santa Luzia e em Belo Horizonte foi reconstruído outro espaço sagrado, o terreiro de umbanda, Senzala do Pai Benedito, conforme estabelecido pelo TAC (Termo de Conduta e Ajustamento) firmado entre o Ministério Público e a Prefeitura de Belo Horizonte.



Vista parcial da Senzala de Pai Benedito

Data: novembro de 2016

Foto: acervo do Quilombo *Manzo Ngunzo Kaiango*

Sobre a decisão de manter o terreiro de candomblé em Santa Luzia e permanecer com a umbanda no quilombo *Manzo Ngunzo Kaiango* em Belo Horizonte, Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*, atesta:





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

Quando o Ministério Público também viu que não estava acontecendo nenhuma reforma, manda uma ordem para a Prefeitura que com 30 dias tínhamos que estar dentro da nossa casa. E aí a Prefeitura tirou as fitas de isolamento e liberou para a gente entrar. Quando a gente chega lá, minha mãe adoeceu de tanto desgosto. O terreiro estava todo quebrado, onde que a gente dizia que era um espaço sagrado, eles quebraram tudo. Aí minha mãe resolveu permanecer aqui, em Santa Luzia.

A gente vive nos dois lugares. Agora lá ficou uma referência da umbanda, a gente manteve a umbanda lá [Belo Horizonte] porque o Preto Velho não quis que aqui fosse também a umbanda, então lá é o terreiro de umbanda, que a gente chama de Senzala de Pai Benedito, que era o nome antes e lá a gente trabalha só com as expressões culturais. Lá a gente continua com o projeto Kizomba, continua com o grupo mantendo um diálogo com a sociedade, porque o trabalho que a gente faz lá é aberto, para toda a cidade. Então as pessoas vêm de fora para poder vivenciar a cultura e as tradições.

Aqui em Santa Luzia é uma comunidade, porque além dele ter esse vínculo familiar ele tem um vínculo com as famílias do terreiro. A gente fala que ele é quase da proporção do quilombo [Belo Horizonte], porque o quilombo tem diálogo muito mais aberto com grupos específicos como Estado, universidade. E aqui é terreiro, uma coisa mais pessoal, uma coisa nossa, aqui é nosso lugar sagrado. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)



Processo de construção do Território Tradicional do *Manzo Nguzo Kaiango*: terra do Caboclo Ubirajara  
Ano de 2012

Foto: João Sales

Fonte: acervo do *Manzo Nguzo Kaiango*

Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*



Processo de construção do Território Tradicional do  
*Manzo Nguzo Kaiango*: terra do Caboclo Ubirajara

Nesta foto avistamos a entrada do território e a  
construção das casas de Nzila e de Nkosi

Ano de 2012

Foto: João Sales

Fonte: acervo do *Manzo Ngunzo Kaiango*



Processo de construção do Território Tradicional do  
*Manzo Nguzo Kaiango*: terra do Caboclo Ubirajara

Ano de 2012

Foto: João Sales

Fonte: acervo do *Manzo Ngunzo Kaiango*

Segundo Braga (2014), em Santa Luzia há dezoito terreiros de candomblé. As comunidades mais antigas, de acordo com a autora, pertencem à nação Angola. O “Terreiro de Candomblé Netos de Mineiro”, fundado em 1971 e instalado em Santa



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

Luzia no início da década de 1990, no bairro São Benedito, é a comunidade mais antiga. Entretanto, segundo Braga (2014), a primeira comunidade presente no município foi a “Casa de Cultura Lode e Apará”, fundada em 1980. Ainda de acordo com a autora, na década de 1990, registrou-se um crescimento significativo dos terreiros em Santa Luzia, nove das comunidades pesquisadas por Braga foram fundadas neste período. O Território Tradicional do *Manzo*, até o momento, foi o último a se instalar no município.

Sobre a presença de terreiros de candomblé em Santa Luzia, Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*, destaca que:

A maioria dos terreiros aqui de Santa Luzia iniciou em Belo Horizonte, foram expulsos de Belo Horizonte. Ainda a gente vive nesse processo de fuga para poder manter. E quando urbaniza você corre o risco de novo de ser expulso desse território também. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)

Segundo Castanha (2018), em Minas Gerais as pesquisas sobre religiões afro-brasileiras neste território são escassas. Castanha (2018) afirma que na contramão do que ocorreu em Salvador e na Bahia, em Belo Horizonte e Região Metropolitana a umbanda precedeu o candomblé e foi sob a influência desta que o candomblé angariou espaço na região. Moraes (2006) aponta que em Belo Horizonte o candomblé chegou como um complemento à umbanda e contou com a colaboração de grupos de outros estados, sobretudo da Bahia e do Rio de Janeiro. Os terreiros de umbanda na capital mineira datam da primeira metade do século XX, enquanto os terreiros de candomblé vieram a se formar mais tarde, a partir da década de 1960, assim como em Santa Luzia.

De acordo com Moraes (2006), o primeiro terreiro de nação *ketu*<sup>9</sup> fundado em Belo Horizonte é o *Ilé Wopô Olojukan*, único terreiro da cidade de Belo Horizonte tombado pelo município no ano de 1995 (Processo N° 0109153349580/1995). Esse terreiro teve sua primeira instalação na cidade de Santa Luzia (década de 1960), feita

---

<sup>9</sup> *Ketu* era um antigo reino da África ocidental cujo território foi cortado em dois pela fronteira Nigéria-Benin, estabelecida pelo colonialismo europeu. A região de *Mèko*, no lado nigeriano, ainda é vista como parte dele, e o *alákétu*, governante tradicional, ainda a visita em sua cerimônia de posse. O povo *ketu* é um subgrupo dos Iorubas, e seu ancestral, segundo a tradição, é o segundo filho de *Oduduwa*. A nação *Ketu*, com suas peculiaridades em relação ao culto aos Orixás e aos antepassados, talvez seja a mais conhecida do grande público. (BARBOSA JÚNIOR, 2011, p. 12).





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

pelo senhor Carlos Ribeiro da Silva, conhecido como *Olojukan do Oxossi*, que veio da Bahia com sua Mãe de santo *Daxê* para assistir à festa de Iemanjá na Lagoa da Pampulha, em 1964, e acabou ficando na cidade e construindo seu terreiro (MORAIS, 2006). Assim sendo, podemos afirmar que o primeiro registro de um terreiro de candomblé fundado em Santa Luzia foi o *Ilé Wopô Olojukan*. De lá, *Olojukan* passou por outros lugares até se instalar no bairro Aarão Reis, na capital, onde existe até hoje.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

## **2. Descrição pormenorizada do bem cultural**

### **2.1. O candomblé**

O candomblé é uma religião que foi criada no Brasil por meio da herança cultural, religiosa e filosófica trazida pelos africanos escravizados, sendo aqui reformulada para poder se adequar e se adaptar às novas condições ambientais. Segundo Santos (2008), a diáspora africana foi responsável não só pela travessia, assentamento e reorganização dos orixás em terras brasileiras, mas também pelo assentamento de todo um universo cultural africano.

De acordo com Kileuy e Oxaguiã (2009), é a religião que tem como função primordial o culto às divindades – inquice<sup>10</sup> (étimo bantu entre as nações Congo e Angola), orixás (étimo yorubá entre as nações Nagô, Queto e Ijexá) ou voduns (étimo fon entre as nações Jeje) – seres que são a força e o poder da natureza, sendo seus criadores e seus administradores.

O candomblé em si é as quatro estações. Ele necessita do vento, que é *Kitembo*, o rei da nação. A chuva é *Matamba*, é *Angorô*<sup>11</sup>. Para ter a chuva nós precisamos do sol, porque o sol é que vai provocar aquele vapor, aquele ar quente que é *Nzinga Lubomdo*<sup>12</sup>, que é *Angorô*, que sobe aquele ar quente, para o tempo, para criar a nuvem que é a transformação, para vim o vento, que é *Kitembo*, para ele fazer chocar uma nuvem na outra, para vim a chuva, para molhar a terra, que é *Obaluaê*, e para virar a lama que é de Nanã. E para renascer a semente de Oxóssi. Então nós precisamos dos quatro elementos. E tudo isso gira entorno da natureza, da energia. Sem as quatro estações não tem vida. sem os quatro elementos não tem terreiro. (Joana Dark da Silva, *Kota Sesse Luanvy*).

Há várias interpretações etimológicas para o termo candomblé. Para Kileuy e Oxaguiã (2009), a palavra “candomblé” parece ter se originado de um termo da nação

---

<sup>10</sup> Inquice é o mesmo que *nkisi*.

<sup>11</sup> Nos terreiros de origem bantu, entidade correspondente ao Oxumarê nagô. Do quimbundo hongolo, arco-íris. (Lopes, 1996).

<sup>12</sup> Divindade feminina considerada recente no culto banto brasileiro. Acredita-se que suas referências foram perdidas e recuperadas a partir dos movimentos de (re) africanização. Porém, há reverências a “Nzinga Lumbondo” nas casas mais tradicionais como o terreiro do Bate Folha, Salvador/BA, e o “Kupapa Nsaba”, no Rio de Janeiro. Está associada ao culto a “Hongolo”, como sendo sua versão fêmea, mas seus domínios a diferem, pois é a divindade dos corpos celestes, dos astros, das estrelas. (MEIRELLES, 2017, p.55)



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

bantu, candombe, traduzido como “dança, batuque” (p. 29). Essa palavra se referia às brincadeiras, festas, reuniões, festividades profanas e divinas dos negros escravizados, nas senzalas, em seus momentos de folga, popularizando-se. Já para Barros (2007), candomblé é de étimo quimbundo<sup>13</sup> e significa “reza, louvação, pedir pela intercessão dos deuses e local onde se realiza o culto” (p. 6).

De acordo com Barbosa Júnior (2011), o candomblé não existia na África tal qual o conhecemos, uma vez que, naquele continente, o culto aos orixás (*minkisi*) era segmentado por regiões (cada região e, portanto, uma dada família/clã cultuavam determinado orixá ou apenas alguns). No Brasil, os orixás tiveram seus cultos reunidos em terreiros, com variações, evidentemente, assim como com interpretações teológicas e litúrgicas das diversas nações.

Ainda de acordo com Barbosa Júnior (2011), embora haja farta bibliografia a respeito do candomblé, e muitas de suas festas sejam públicas e abertas a não iniciados, trata-se de uma religião iniciática, com ensino-aprendizagem pautado pela oralidade, com conteúdo exotérico (de domínio público) e esotérico (segredos dos mais diversos, transmitidos apenas aos iniciados).

Bastide (1961) destacou que a penetração no mundo dos candomblés se opera por meio de uma série de iniciações progressivas, de cerimônias especializadas, abertas àqueles que são chamados pelos deuses, qualquer que seja sua origem étnica, e é à medida que se vai penetrando no interior do santuário que os mistérios vão sendo apreendidos. Os sacerdotes são os que têm a noção do valor do tempo; é o tempo que amadurece o conhecimento das coisas. O autor explicita esse processo de ensino-aprendizagem ao citar a fala de um de seus informantes: "toda a semana, todo o mês, ensinarei ao senhor algo de novo, pouco a pouco" Assim devagarinho, a poder de paciência e de amizade recíproca, a filosofia africana vai se desvendando, por etapas.

---

<sup>13</sup> Língua da família bantu, falada em Angola pelos ambundos.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

## **2.2. O Território Tradicional do *Manzo Ngunzo Kaiango*: terra do Caboclo Ubirajara e a cultura bantu**

O Território Tradicional do *Manzo* realiza suas práticas litúrgicas voltadas para os cultos dos ancestrais, procurando sempre não se distanciar das raízes vindas de Angola/Congo. Além disso, o terreiro mantém os princípios e as práticas da cultura bantu. A cultura bantu é muito propagada por historiadores e linguistas como um contributo linguístico para o português desenvolvido na América Portuguesa, hoje conhecido como português brasileiro. Segundo Melo (2018), dos quatro milhões de indivíduos trazidos da África subsaariana<sup>14</sup> para o trabalho escravo no Brasil, 75% eram provenientes do mundo bantu-falante, de territórios situados atualmente em Angola e nos dois Congos. Os aportes bantus, como senzala, mucama e quilombo, estão associados ao regime da escravidão e simultaneamente integrados no sistema linguístico do português, formando derivados a partir de uma mesma raiz bantu, a exemplo de esmolambado, dengoso, sambista, xingamento, mangação, molequeira e caçulinha. A constatação desse fato demonstra a anterioridade da presença bantu e a amplitude alcançada pela sua distribuição humana no território colonial brasileiro, ante outros povos negro-africanos escravizados.

A cultura bantu é transmitida, vivenciada e celebrada durante e depois dos rituais do candomblé angola e é também uma forma de insistir, resistir e existir. Segundo os membros do Território Tradicional do *Manzo*, a cultura bantu é definida como:

O bantu é o nosso dialeto de Angola, nossa língua de Angola. Tanto que a nossa raiz é bantu *Cassange*<sup>15</sup>.

A natureza para nós é muito importante, nós falamos muito sobre as folhas, ervas. Defendemos as ervas de unha e dente, igual defendemos um filho, um bichinho de estimação. Porque nós precisamos dessas ervas, dessas raízes. Cultuamos muito a terra, porque precisamos de uma terra fértil. Nós não judiamos dos bichos. Eu não tenho cachorro, mas aqui tem uns onze cachorros, eles aparecem na minha porta. Fica

---

<sup>14</sup> De acordo com Carneiro (1981), os negros bantos chegados ao Brasil procediam, principalmente, de Angola, do Congo, de Benguela, de Cabinda, de *Mossamedes*, na África Ocidental, e de Moçambique e do Quelimane, na Contra-Costa.

<sup>15</sup> *Cassange* ou *Kasange/Kasanje* era um importante povoado situado no interior de Angola, onde eram vendidos escravos em uma grande feira.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

tudo aqui me rodeando, então não gosto que bate, que judia, porque olho para eles. Eles não sabem falar, não sabem se defender. Quando mete o machado na árvore, falo: meu deus por que está matando ela? Quando vou no mato pegar folha a gente bate palma e fala assim: acorda dono da mata. E pede ele se posso pegar as folhas, mas eu só pego aquilo que vou usar. Não deve pegar folha para ficar morrendo, estragando. Então vamos pegar só o que usa. (Mãe Efigênia)

Os dialetos que a gente usa aqui dentro tudo é do povo bantu, então a gente segue os dialetos, os fundamentos e os costumes do povo bantu. As comidas também seguem a tradição bantu, porque tudo que a gente vai fazer pra santo, tem que ter comida e tem festa. Para cada inquite tem vários tipos de pratos diferentes que são servidos pra eles. Aí a gente tem um costume aqui no preparo dessas comidas, tem o quiabo, feijoada, acarajé, itete (preparado de batata doce, inhame e ovo de codorna), farofa. E nas festas todo mundo come as mesmas comidas que a gente dar para o inquite.

Até mesmo o fato de a gente ter o Caboclo e fazer a festa do Caboclo é um costume bantu; de você respeitar o ancestral da terra, que você é acolhido. Como os negros vieram para o Brasil, já existiam os índios, o ritual da caboclada já existia, que era o ritual em reverência aos chefes indígenas. Aí adotaram no candomblé, por isso todo terreiro faz a festa de Caboclo. (Lucas Liberato de Moura Neto, *Muzenza Lundiamaze*)

O bantu é nossa raiz, como uma família e a origem da gente. O bantu quer dizer povo, nós somos o povo bantu. (Antônio Renato da Silva, *Tata Lembogoy*)

A cultura bantu é o que nos mantêm, é nossa resistência e nos deu condições de nós estarmos aqui hoje. É esse cuidado com o outro, esse acolher o outro. Porque isso a gente sabe que é muito tradicional do povo preto, de acolher as pessoas, de constituir família independente se foi gerada ou não foi gerada dentro daquele núcleo. A gente sabe também que isso era uma condição dos povos bantus, quando foram tragos pra cá, conseguiram sobreviver. É a condição que me permite ressignificar sempre o meu modo de rezar, porque o tempo todo a gente tem que estar lidando com o outro conceito, que eles chamam de uma sociedade organizada e a gente não se sente incluída nela. Não é dessa forma que a gente se organiza, temos um modo próprio de se organizar. A gente gosta muito de ter uma autonomia sustentável, mas a gente sabe que esse outro modo de vida que a sociedade organizada nos coloca não é de uma independência, é de uma dependência. Então não temos mais condições de plantio com gostaríamos de ressignificar os nossos territórios. Que a gente sabe que era em África, porque a gente tem ainda essa possibilidade de resgatar isso através dos Pretos Velhos. Nós temos uma oralidade, um modo próprio de falar, que é muito nosso. Mesmo que a gente sabe que muito da nossa língua está dentro do dicionário português, mas temos consciência do que nos pertence, dentro do que o português nos tirou. A gente tem uma forma



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

diferente de relacionar e cuidar do nosso território. O território bantu ou uma comunidade bantu ela não se apropria do território, ela se entrega para o território e convive com esse território. A gente sabe que nós temos uma responsabilidade tanto com o humano como com o não humano. E nós estamos aqui no próprio espaço que a natureza nos cedeu e acolheu. E a gente precisa respeitar isso que está em volta de nós e preservar, mas a gente está sempre tendo que ensinar isso para o outro. E é difícil e muito complicado, mas a tradição bantu nos permite insistir, resistir e existir.

Toda vez que podemos falar um pouco de nós, a gente percebe o quanto estamos apresentando para quem não sabia que nós existíamos. Vim, ver, mas não sabe o nosso modo de vida. Acho muito importante, porque toda vez que a gente puder falar como é o nosso modo de vida a gente desconstrói grandes conceitos que sempre acharam que nós éramos. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)

Considero a cultura banto como hierarquia. A hierarquia é um ensinamento como tem na sua casa, sua criação. Onde o filho respeita pai, respeita mãe, respeita irmãos. Dentro do terreiro nós temos essa hierarquia, o mais novo nunca fala mais alto que o irmão mais velho. Sempre temos que travessar o terreiro com a cabeça baixa, sempre tomar benção, sempre pedir licença antes de entrar em qualquer assunto. Não atravessar a conversa do outro, não dar palpite, tem que esperar a sua vez de fala. Como você chega num lugar e fala me dá licença. Eu te peço: kubada njila<sup>16</sup>, se você não falar njila ê; eu viro as costas e volto para terminar o meu serviço, porque você não me permitiu chegar até você. Porque o assunto é importante e que há hierarquia dentro do terreiro. Essa é uma das hierarquias do terreiro, tem outras mais. (...) O terreiro é um aprendizado, quanto mais vive, mais aprende. Você nunca se forma dentro do terreiro, independente de ser candomblé, umbanda, de ser *Keto*, *Jeje*, *Efon* ou *Nagô*. Você é um aprendiz, é um aluno. O importante é que o terreiro valorize o coletivo. E valorize o menor, porque é ele que vai trabalhar, demonstrar, aprender; é ele que vai te ensinar a te reeducar. (Joana Dark da Silva, *Kota Sesse Luanvy*).

---

<sup>16</sup> Significa dá licença para eu passar.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

### 2.3. Por que terreiro de candomblé?

Segundo Barros (2007), os espaços do candomblé podem ter denominações que variam entre barracão, roça, terreiro, casa e comunidade. Os membros do Território Tradicional do *Manzo* usam o termo terreiro. As justificativas são as seguintes:

Antigamente, há anos e anos atrás, não tinha o templo para nós, a gente tocava a macumba nossa no mato, era no terreiro. Limpava tudo em volta de dia e de noite a gente ia para o terreiro tocar, fazer o nosso ritual. Então, a gente não consegue falar o meu templo, não tem. É meu terreiro, na roça, vou pra roça de candomblé, vou para o terreiro de candomblé, então é o meu modo de ver. Quem era a gente para ter um templo desse, isso aqui era castelo [em referência ao seu terreiro]. Eles [escravocratas] colocava a gente na senzala ou a gente fugia na beira do rio. Os negros corriam para onde tinha água, pode ver, todo quilombo era na beira de uma água. Ali, na Santa Efigênia [em referência à mata da Baleia em Belo Horizonte] é que fechou, porque a gente tinha água pra tomar banho e para beber e lavar a nossa roupa. É quilombola que faz o café, que leva na porta, que recebe, que traz pra dentro, isso é coisa de negro. (Mãe Efigênia)

Antigamente não tinha uma estrutura, os negros não tinham espaços de moradia. Não tinham terras. Então, a gente não tinha como falar que as terras eram nossas. Então, quando ia fazer os seus rituais, o candomblé tem muito isso. O candomblé ele constrói no espaço que a própria natureza te cede. Quando você chega no meio da mata e vê um espaço aberto, aquilo se chama terreirão. Ali tem um terreiro, com a área de acampamento, tem um espaço onde você vai fincar a barraca ali. E a gente constrói os terreiros dentro desse contexto. E como também é um espaço de muita liberdade, quando você fala assim: vai brincar, vai para o terreiro, você quer que a pessoa fique livre, à vontade. Então vamos lá para o terreiro. O nome terreiro ele vem muito mais de uma forma de comportamento de que de espaço. O que as pessoas fazem no terreiro? Fazem festa, vai fazer um fogão de lenha, fazer um churrasco ou vai reunir todo mundo, tomar um ar, vai brincar, tudo é no terreiro. O termo terreiro veio desse sentido das pessoas se sentirem livre dentro de um espaço. Aqui utilizamos sempre terreiro, casa é onde a gente dorme. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)

Antigamente, fazia na capoeira, naqueles matos que eram abertos, era um terreirão, por isso tomou o nome de terreiro. Alguns falam terreiro, alguns falam barracão, *bakisi*, *manzo*, casa. E antes fazia os





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

candomblés, os toques, no terreirão e fazia de dia porque não tinha luz. (Antônio Renato da Silva, *Tata Lembogy*)

Pra nós da Senzala de Pai Benedito, o terreiro já veio da nossa criação. Eu zelo muito pelo Pai Benedito, a senzala de Pai Benedito. O Que é uma senzala? A senzala é um terreiro com uma comunidade. E ali todo mundo compartilham. Nos falamos vamos para o terreiro, onde? Para o *Manzo*, vamos para o terreiro. Onde? Quilombo *Manzo*. A gente referencia muito o terreiro por causa da ancestralidade. E o Pai Benedito criou a gente, criou os filhos da minha mãe assim, aqui é um terreiro. (Joana Dark da Silva, *Kota Sesse Luanvy*).

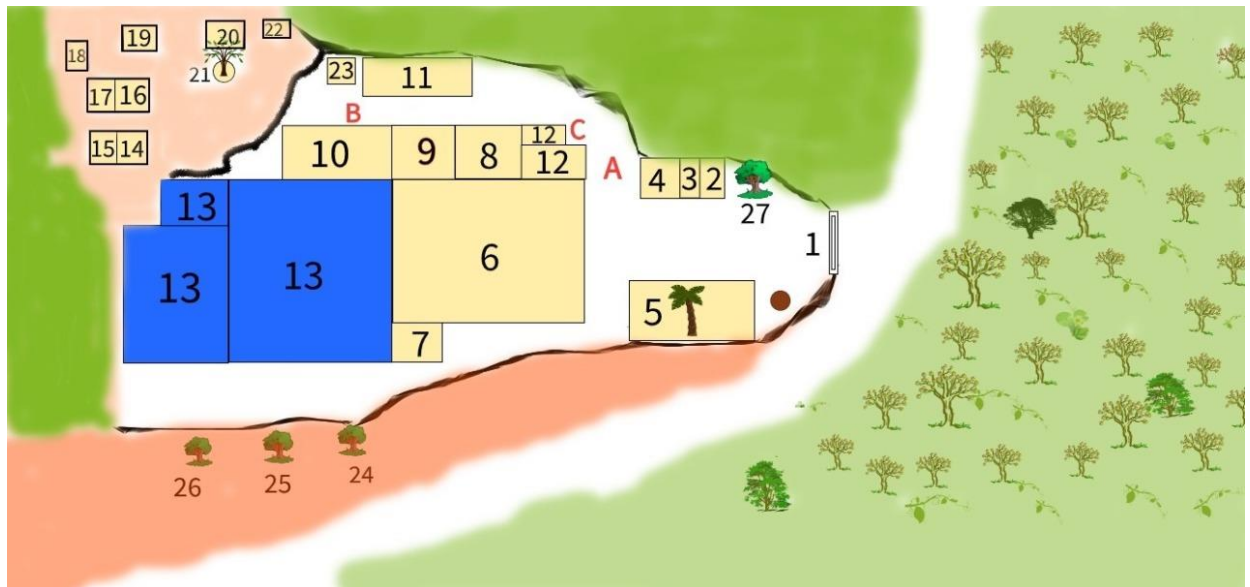
Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

#### 2.4. Descrição do ambiente do Território Tradicional do *Manzo Ngunzo Kaiango*: terra do Caboclo Ubirajara

O Território Tradicional do *Manzo* está situado à rua Rio Grande do Sul, 339, bairro Bonanza, na cidade de Santa Luzia, Minas Gerais. O terreno possui 2.000 m<sup>2</sup>. O terreiro foi transferido para esse endereço no ano de 2012; anteriormente funcionava à rua São Tiago, 216, bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte.

Abaixo apresentamos o esboço do terreno do Território Tradicional do *Manzo* com indicação dos nomes e dos significados que cada espaço possui. Destacamos que os nomes e os significados aqui apresentados foram indicados pelos detentores do bem cultural.



Esboço do Território Tradicional do *Manzo Ngunzo Kaiango*: terra do Caboclo Ubirajara  
Ano de 2021

##### Legenda

1	Porteira do terreiro	11	Cozinha	20	Casa das águas
2	Casa de <i>Nzila</i> ( <i>Nzila</i> do portão)	12	Banheiros	21	Casa de <i>Kitembo</i>
3	Casa de <i>Nzila</i> ( <i>Nzila</i> cevado)	B	<i>Abô</i> - Porrão de barro	22	Viveiro
4	Casa de <i>Nzila</i> ( <i>Nzila</i> assentados)	C	Porrão do <i>Kjalá</i>	23	Local para os animais
5	Casa de <i>Nkosi</i>	13	Residências	24	Okoko
A	Espaço onde ocorre os <i>ebós</i>	14	Casa de Caboclo	25	Peregum
6	Salão/barracão	15	Casa de <i>Matakalambô</i>	26	Camboatá
7	Oráculo	16	Casa de <i>Matamba</i>	27	Jaqueira
8	Antiga <i>cucanga</i>	17	Casa de família real		
9	<i>Ucanga</i>	18	Casa de <i>Baba</i>		
10	<i>Cucanga</i>	19	Casa de <i>Katendê</i>		

Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

1- Porteira do terreiro - Local de entrada para o terreiro e espaço usado para fazer o ritual de entrada para os toques (como se denominam as festas para os santos). O ritual de entrada é chamado de entrada hierárquica: primeiro a mãe de santo, depois os mais velhos, até chegar ao mais novo na idade de iniciação no terreiro.

Próxima à porteira do terreiro há um porrão<sup>17</sup> de barro com água. A água serve para purificar as pessoas que irão adentrar no território.



Porteira do terreiro

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza

Todo terreiro de candomblé tem um porrão, que geralmente fica em cima do muro. No Território Tradicional do *Manzo* ele fica situado no chão, próximo à porteira.

---

<sup>17</sup> Pote de barro bojudo, com a boca e o fundo mais estreitos.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*



Porrão de barro

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza



Mãe Efigênia na porteira do terreiro

Data: julho de 2020.

Foto: acervo do Quilombo *Manzo Ngunzo Kaiango*

Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

2, 3 e 4 – Casas de *Nzila* (Exu). O espaço 2 é denominado de *Nzila* (Exu) do portão; o 3 Exu cevado e 4 *Nzila* (Exu) Assentados, casa dos assentamentos (objetos sagrados) dos filhos do terreiro.



*Nzila* (Exu) do Portão

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza



*Nzila* (Exu) assentados (à esquerda) e Exu cevado (à direita)

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

5- Casa de *Nkosi* - Onde ficam os assentamentos de *Nkosi* (Ogum). Dentro da casa de *Nkosi* há um dendezeiro. “O dendezeiro é uma árvore de tradição dos terreiros de candomblé. Em alguns terreiros o dendezeiro fica na porta de entrada e em outros fica dentro da casa de *Nkosi*, porque ele é a árvore sagrada de *Nkosi*.” (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)



Casa de *Nkosi* e o dendezeiro

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza

Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

A - Espaço onde ocorre os *ebós* (sacralização dos animais). “Quando tem espaço no meio do mato faz os *ebós* lá, como aqui não temos esse espaço, fazemos os *ebós* nesse espaço.” (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)



Espaço onde ocorre os *ebós*.

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza

O *ebó* tem o significado de “presentear” (povo *Fon*), designando então todas as formas de as pessoas de devotarem. O *ebó* tem como premissa ser o princípio do axé, pois é através dele que o axé se fortalece e se distribui. O sentido de fazer *ebó* tem uma grande amplitude, porque ele faz parte de rituais que permitem o fortalecimento da vida espiritual, como também faz parte dos rituais que ajudam a afastar forças negativas, que trazem instabilidade. (...) o *ebó* não se presta somente a pedidos, ele se destina a diversas formas e funções: súplica, oferenda, limpeza corporal e espiritual, agradecimentos ou simplesmente agrados ou comemorações. É uma ferramenta infalível de comunhão do homem com as divindades e com todos os moradores de *orum*”. (KILEUY; OXAGUIÃ, 2009, p. 95).





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

6- Salão/barracão - Lugar onde se recebe todas as pessoas da casa. É denominado também de *bakissi*.

No salão sempre tem o *ntoto*, que é um assentamento que representa as energias e as forças da terra. E em cima do *ntoto* tem a *cumeeira*, que representa o equilíbrio desse território, enquanto território sagrado. É como se um puxasse energia do outro para poder circular no entorno do terreiro. Aqui dentro ocorrem as sessões e as festividades. Ao fundo, do lado esquerdo, ficam as *ngomas*, sempre em número de três. Cada um tem uma função dentro do terreiro; cada um emite um som e nesse conjunto de som que faz emergir as energias tanto do *ntoto* como da *cumeeira*. Essa energia ocorre na circularidade dos rodantes. Então, através dos toques de cada *inquice*... tem um toque, que a gente chama de cordão de *zuela*, e nesse cordão é como estivéssemos fazendo toda a nossa comunicação, nossas rezas, evocando os ancestrais para que eles se manifestem. É um conjunto musical que a gente chama, aí tem *gã*, o toque dele é para chamar as pessoas e para conduzir o movimento e a percussão. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)



Salão/barracão

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza

Ao centro tem a cadeira (branca) da *Mametu N'Kise Muiandê*, Mãe Efigênia. É única, ninguém pode se sentar nela, nem no dia de toque, nem fora de toque. Enquanto ela estiver viva é só ela que se senta nessa cadeira. Do lado esquerdo fica um conjunto de cadeiras que são dos *kambondos*, *tatas* que tocam, cantam e fazem toda a vigilância da Casa, são os que cuidam do território. Do lado direito da *Mametu* de *inquice* sempre ficam as *makotas* e do lado esquerdo os *tatas*



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

*kambondos*. Depois das *makotas*, ficam os *kotas* (termo que vale tanto para homem como para mulher). Então temos a hierarquia: primeiro vem a zeladora, a *Mametu* de inquite, as *makotas*, os *kotas*, os *muzenzas* e os *ndumbe*.” (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)

7- Oráculo - Local onde mãe Efigênia realiza o jogo dos búzios e faz os atendimentos particulares.



Porta de entrada para o Oráculo  
Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

8- Antiga *Cucanga* – Cômodo que faz a comunicação entre a *Ucanga* e a *Cucanga*.

9- *Ucanga*

[...] é utilizada também para desvirar (desincorporar) os inquice. Nesse espaço também faz alguns fundamentos. Quando a pessoa bola dentro do barracão também traz pra cá, bolar é um processo que a pessoa tem de incorporar, porém ela não incorpora em pé, ela tem que deitar, então esse espaço seria também para acolher essas pessoas. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)

10- *Cucanga* “[...] a gente chama de útero do terreiro. É onde todos passam pelo processo de renascimento ancestral (iniciação) (camarinha em yoruba)” (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)



Entrada de acesso antiga e atual *Cucanga* e *Ucanga*.

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

“Camarinha é no Keto (Nação Keto). É o nome em yorubá. Mas nós falamos *Cucanga* e *Ucanga*. O primeiro é um quarto, que a pessoa recolhe e fica 21 dias. O segundo é um quarto pra fazer os fundamentos, essas coisas todas”. (Mãe Efigênia)

11- Cozinha

geralmente a gente chama de *kifumba*. Se o candomblé tem um útero (que é a *cucanga*), aqui é o coração. Tudo que passa pelo terreiro, da cura até o adoecimento, da vida até a morte, passa dentro desse espaço, que é a *kifumba*. Aqui é o espaço mais importante de todo o terreiro, aqui você faz banho, pó, comida para o ancestral e a comida que compartilha com o outro. Esse é o espaço mais sagrado dentro do terreiro. Ele costuma ser mais sagrado que a própria *cucanga*. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)



Vista parcial da cozinha.

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

B - Porrão de barro (localizado provisoriamente próximo da cozinha)

[...] onde está o *abô*, recipiente que guarda a ceiva de cada filho que inicia no terreiro. É um fundamento geralmente da casa de *Ketu*, mas como minha mãe nasceu na casa de *ketu* ela trouxe a raiz e ela plantou o *abô* aqui. Ali é parte dos que o inquite de cada pessoa come, dessa ceiva é colocado um pouco ali. O *abô* contém o DNA de todo esse terreiro. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)



Porrão do *abô*

Data: 08/10/2021

Foto: Rildo César Souza



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

12- Banheiros - “[...] não fazemos a distinção de gênero, até porque a gente vem nessa desconstrução da lógica de que tem que ser separado, homem e mulher.” (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)



Banheiros

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

C - Porrão do *Kjalá* - Localizado perto dos banheiros.

local que fica o *kjalá* para fazer banhos com folhas, ervas, que são macerados. As ervas não podem ser fervidas. São maceradas naturalmente até que saía todo sumo e dele é feito o banho. As pessoas que chegam de fora ou para envolver dentro do espaço sagrado, até mesmo na cozinha, tem que passar por esse banho.” (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)



Porrão do *Kjalá*

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

### 13- Residências das pessoas que compõem o território

[...] geralmente no candomblé as pessoas que moram dentro do território têm um vínculo e uma função específica dentro terreiro. Aqui moram duas *makotas* e a mãe Efigênia, no total são três residências. Todas as pessoas que moram dentro do território estão vinculadas às práticas do candomblé. É uma forma também de manter o lugar em movimento o tempo todo. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)



Vista superior das residências  
Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

14- Casa de Caboclo - Onde ficam os assentamentos do Caboclo.

O território onde está situado o terreiro hoje, havia sido adquirido para ser a terra do Caboclo Ubirajara, entidade de Mãe Efigênia, que a incorpora desde o princípio de sua mediunidade.

As casas do Caboclo, presentes nos terreiros Angola de tradição bantu, são tidas como reverência ao dono da terra, aos ancestrais do lugar, que acolheram os ancestrais africanos escravizados que foram trazidos para o Brasil.

A terra aqui foi dada ao Caboclo Ubirajara, que desde que entendo por gente a minha mãe incorpora essa entidade. E ele participou da nossa educação, ele foi o nosso pai. (Antônio Renato da Silva, *Tata Lembogy*)



Casa do Caboclo

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

15- Casa de *Mutakalambô*, que é Oxóssi - Onde ficam os assentamentos do *Mutakalambô*.



Casa de *Mutakalambô*

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza

Atrás da casa de *Mutakalambô* tem um espaço que a gente utiliza para entregar todas as oferendas para a natureza, que as pessoas (da cidade) chamam de compostagem. Passados quatro dias, a gente levanta essa oferenda e entrega nesse espaço para a natureza. (Antônio Renato da Silva, *Tata Lembogy*)





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

16-Casa de *Matamba*, que é Iansã - “Todas as pessoas da casa de Iansã têm os assentamentos aqui dentro dessa casa, como a mãe Efigênia.” (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)



*Casa de Matamba*

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

17- Casa da família real (*Kavungo, Nzumba e Angorô*)

Nessa casa mora *Kavungo*, que é *Obuluaê*, junto com *Nzumba*, que é *Nanã* e *Angorô*, que é *Oxumarê*. Os três caminham juntos. Então, no candomblé de Angola colocamos eles para ficarem no mesmo local. Santos da terra, porque tem essa logística também, tem os inquice (ou orixás) da terra, das águas, do fogo, do ar e das folhas. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)



Casa da família real (*Kavungo, Nzumba e Angorô*)  
Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

18- Casa de *Baba*, que em yoruba é *Egum*.

É a casa onde estão os nossos ancestrais. É uma casa que deve ficar distante, porque não pode passar na porta dela para acessar outras casas do terreiro. Nessa casa guardamos objetos que fazem referências aos antepassados (falecidos), que cultuamos como forma de manter contato com eles. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)



*Casa de Baba*

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

19- Casa de *Katendê*, que é *Ossaim* - Senhor das folhas, detentor do conhecimento das ervas e folhas medicinais.



*Casa de Katendê*

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

20- Casa das águas.

Quem mora aqui são os santos (inquice) relacionados às águas. Cada elemento que compõe a natureza tem um grupo específico de inquice que regem nesse elemento. Quem são os inquice que regem nas energias das águas? *Iemanjá, Oxum, Lembá, Loango*. São inquice também que não comem dendê. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)



Casa das águas

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

21- Casa de *kitembo*, espaço do santo do elemento ar - É o rei de Angola, senhor do tempo, das estações e do movimento. “*Kitembo* representa o Deus da nação (Angola). Na casa de *Kitembo* geralmente tem uma árvore de gameleira branca e uma bandeira branca. A bandeira branca simboliza que esse território é um espaço sagrado bantu.”  
(Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)



Casa de *kitembo*

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*



Bandeira branca

Data: 2020 – Foto: acervo do Quilombo Manzo *Ngunzo Kaiango*

22- Viveiro -- Depois que o terreiro passar por reforma, desejam colocá-lo próximo da cozinha.



Viveiro

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

23- Local para os animais – “Os animais aqui não podem ser machucados, não podem passar por nenhum processo de sofrimento. Então a gente coloca ali para poder cuidar até o momento do ritual (sacralização).” (Cássia Cristina da Silva, Makota Kidoiale)



Local para os animais  
Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza

24-Akoko – “[...] é uma árvore usada nos rituais de feitura, suas folhas são utilizadas para banhos. Árvore de *Nzazi*.” (Antônio Renato da Silva, *Tata Lembogy*)

É uma folha masculina e pertence ao elemento terra. Tem participação especial nos rituais de iniciação, sendo colocada embaixo das esteiras dos *iaôs* (*muzenza*), nos banhos, após seca, é colocada nos defumadores. É costume de os candomblecistas carregarem sempre uma folha na carteira de dinheiro. (KILEUY; OXAGUIÃ, 2009).

Suas folhas são utilizadas para atrair a prosperidade, representa o dinheiro das tradições africanas. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*



Akoko

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza

25-Peregun - Árvore usada nos rituais de feitura. Utilizada também para a limpar o corpo de energias negativas.



Peregun

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

26-Camboatá - Árvore de *Mutakalambô* (Oxóssi).



Camboatá

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

## 27 - Jaqueira

Também conhecida como Opoacá (iorubá), divindade reconhecida como a mãe de *Mutakalambô* (Oxossi), que se mesclou a esta árvore e fez ali sua morada. É aos pés desta árvore que ela é reverenciada e onde são colocadas suas oferendas. Consagrada também a *Nzila* (Exu) e a *Nzazi* (Xangô), ela faz parte do elemento fogo, é uma folha masculina muito utilizada para banhos nos filhos desses inquice. (KILEUY; OXAGUIÃ, 2009).



Jaqueira

Data: 08/10/2021 - Foto: Rildo César Souza



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

## **2.5. As atividades do Território Tradicional do *Manzo Ngunzo Kaiango*: terra do Caboclo Ubirajara**

As atividades regulares do terreiro são: atendimentos individuais agendados com Mãe Efigênia, na segunda-feira e de quinta-feira a sábado; sessões uma vez por mês, e no período da quaresma toca-se uma vez por semana, pois é tempo de desenvolvimento dos filhos do terreiro; ritual da Macaia, momento de colher as ervas/folhas para os banhos, que é iniciado com momento de reza e cantos e depois (todos?) saem e, quando chegam na mata, rezam, cantam e pedem permissão para colher as ervas; é um ritual de limpeza feito com água corrente.

É desenvolvida também uma ação denominada “Mulheres de *Manzo*”, na qual as mulheres executam toda a parte de produção: fazem roupas do terreiro, fazem plantio, manipulam ervas etc. A “Mulheres de *Manzo*” cuida das ações sociais que são desenvolvidas no terreiro.

O terreiro também segue um calendário litúrgico de fundamentos, ritos e celebrações dos *minkisi* e ancestrais. As festas realizadas no terreiro são:

- *Kizomba*<sup>18</sup> de *Nzila* (Exu) - acontece no último domingo antes do Sábado de Aleluia.
- *Kukuana* (festa da cura) - ocorre no mês de agosto. Na celebração são servidos doze tipos de comidas, preparadas em panelas de barro, que são consumidas para o processo de cura. Os alimentos são oferecidos por doze mulheres na folha de mamona para os filhos e convidados. Durante todo o ritual da festa é tocada e cantada uma reza, momento em que o inquite dança em volta das pessoas que estão sendo servidas, abençoando a alimentação.
- *Gondoe* de *Matamba* (Iansã) – é realizada entre os meses de setembro, outubro ou novembro.
- *Kizomba* de Caboclo Ubirajara - o candomblé de Angola tem tradição de fazer o festejo do Caboclo, pois é uma forma de agradecer aos povos indígenas pela

---

<sup>18</sup> Significa festa em *kimbundu*.





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

ressignificação dada ao terreiro. “É uma festa que reúne várias outras pessoas de outros terreiros. É uma festa muito parecida com encontros de guardas de congados, porque sempre vem outros Caboclos de outros terreiros. Geralmente ela acontece em abril.” (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)

- Festa das inquicianas - que são das mulheres dos inquices.
- *Amaza Lemba* - mulheres saem em procissão para pegar água da mina (nascente localizada próxima ao terreiro do *Manzo*). “É quando fazemos o processo de ir à mina pegar água e trazer para lavar todos os assentamentos e as casas dos *minkisi*. Uma vez por ano a gente faz isso. Em Salvador eles falam que é a lavagem de Bonfim.” (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)
- Festa de *Erê* - realizada no mês de outubro.
- *Xikassambe* - toque de louvor aos *minkisi*, inclusive aos que estão nascendo
- Fogueira de *Luango* – rito que consagra o fogo temperado com os insumos do terreiro para colher as pembas de *Lemba* (cinza branca) e as de *Nzila* (cinza preta). Essa fogueira é mantida acesa durante toda à noite e a coleta das cinzas é feita ao nascer do sol.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

## **2.6. O Território Tradicional do Manzo Ngunzo Kaiango: terra do Caboclo Ubirajara e as ervas, as folhas e as árvores**

“Sem folha não tem orixá (inquice)”. Essa frase foi proferida por Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*, em referência a Mãe Stella, falecida em 2018 e a quinta Ialorixá de um dos terreiros de candomblé mais tradicionais de Bahia, o *Ilê Axé Opô Afonjá*. A citação aponta para a defesa do meio ambiente como manutenção das crenças do candomblé. A natureza é um elemento imprescindível ao culto.

Tem erva pra tudo, erva para fundamento, erva para feitura, erva para chá, erva para banho, erva para trabalhos. A gente que é *muzenza*, cada ano que passa adquire mais conhecimento sobre as ervas, rezas e fundamentos. (Lucas Liberato de Moura Neto, *Muzenza Lundiamaze*)

Sem ervas não tem santo, sem ervas não tem fundamento. Tudo depende das ervas. Tem folha pra tudo. A erva é importante desde a hora que você chega no terreiro até a hora que você sai. Ela é importante no fundamento, numa função. Tem a erva certa que você pode colocar na cabeça, no ombro, na medida do coração, a erva do estomago, da cintura, do útero, da bacia, das pernas e dos pés. Porque digo isso, porque quando vai fazer um fundamento, iniciar um filho de santo, um filho da casa, cada ponto é essencial. E hoje várias ervas temos que buscar no mato. E cada pessoa tem uma erva certa. As ervas dentro de qualquer espaço sagrado são importantes. (Joana Dark da Silva, Kota Sesse Luanvy).

O uso das ervas é essencial para o candomblé, assim como as árvores e a água corrente. Todos os rituais dependem desses elementos naturais. Para os candomblecistas, os elementos da natureza têm poder de cura. Usa-se ervas/folhas para fundamento, para feitura, para chá, para banhos, para trabalhos, para defumação. As árvores são consideradas sagradas e “são tidas como o primeiro bastião das religiões, se transformando em moradia para muitas divindades. O respeito a elas é essencial, pois a continuidade da religião e da vida dependem de sua existência.” (KILEUY; OXAGUIÃ, 2009).

Mãe Efigênia assim fala sobre as árvores:



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

Têm as árvores também. Tem pata de vaca, pitangueira, gergelim, moringueira (moringa) – que diz que é o segredo da água, ela mareja no mês de agosto e em dezembro, ela começa a pingar água –, dendezeiro, akoko, gonçalo, camboatá, urucum. O urucum é muito usado, é preparado para pintar os *muzenza*, os índios usam para pintar o corpo.

Tem também a jurema, gameleira branca, cajueiro. O cajueiro tem que ter no candomblé, que faz a casa de *Luango* de baixo do cajueiro. Bananeira é infalível na casa de candomblé, porque é com a bananeira que enrola o açaçá. Todos os orixás comem o açaçá. Tem também a mamoneira. A jaqueira, a jaca é de *Oxumaré*, representa o arco íris. Ganhei uma muda de baobá, ele é uma árvore sagrada, baobá é o segredo das grávidas. (Mãe Efigênia).

As folhas/ervas citadas por Mãe Efigênia e Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*, foram: akoko, pelegum, camboatá, panaceaia, goiaba, pitanga, alfavaca, colônia, folha de mangueira, folha de mamonas (para limpeza, tirar energia negativa e também usada para servir alimentos), rosmaninho, boldo, folha de saião, folha da costa, folha de fumo, folha da fortuna, folha santa, manjericão, elefante, alfazema, oripepe, cansanção, aperta-ruão, pata de leão, orelha de cachorro, melissa, losna, marcelinha, funcho, cipó prata, cipó caboclo, cipó são joão, cipó chumbinho, pião roxo, santa maria, alecrim do campo, alecrim da horta, erva de bicho.

A maioria dessas ervas e árvores é cultivada no terreno do Território Tradicional do *Manzo*. As inexistentes são coletadas numa área verde situada no entorno do terreiro. Essa área é chamada por eles de “Matinha”. Nela também há uma nascente de água que é usada nos rituais do candomblé do Território Tradicional do *Manzo*.

Os detentores desejam e esperam que a “Matinha” seja reconhecida pelo poder público municipal de Santa Luzia como uma área verde, pois assim podem fazer desse espaço uma extensão do terreiro e ao mesmo tempo protegê-lo, impedindo que seja urbanizado.

Apresentamos a seguir a área verde denominada de “Matinha” pelos detentores:

Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*



Área verde (Matinha)



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

## **2.7. Identificação dos atores sociais: mãe, filhos, *ndumbe* e adeptos ou clientes**

A líder do Território Tradicional do *Manzo* é a *Mametu N’Kise Muiandê*, mais conhecida como Mãe Efigênia.

Eu ocupo o cargo de liderança do terreiro, *Mametu* é a mãe de santo. É a liderança do terreiro. A líder da comunidade é como se fosse a mãe dentro de sua própria casa, é a zeladora, é a que cuida, que faz todos os movimentos da casa, da hierarquia, do axé. É uma coordenação geral da casa, com os filhos da casa, com os filhos de santo. É a gente que faz as iniciações, é a responsável pelos pratos sagrados, as plantas sagradas, as ervas sagradas, o jogo de búzios, enfim tudo na casa é de responsabilidade da *Mametu*. (Mãe Efigênia)

Segundo os entrevistados, o terreiro possui 135 filhos da Casa, isto é, 135 pessoas iniciadas. A categoria filho é subdividida em diferentes nomenclaturas e funções. Assim são explicadas as terminologias dos filhos do terreiro:

Os iniciados são chamados de *muzenzas* ou *kotas* e *tatas* ou *makotas*. Os *muzenzas* incorporam e ficam 21 dias na camarinha. Passam pelo ritual de raspar a cabeça. Os *muzenza* raspam a cabeça três vezes a cada sete dias. São chamados de *muzenza* o filho que ainda não completou os sete anos de obrigação. Depois de completar esse tempo, o filho é denominado de *kota*.

Os *tatas* (masculino) e *makotas* (feminino) não incorporam. Ficam sete dias na camarinha. Na visão nossa, os *tatas* e as *makotas* já nascem prontos.

O *tata* e a *makota* quando saem da camarinha, eles já são respeitados pelos *muzenzas* com pai e mãe. E eles já têm os direitos todos. Se o menino de 4 anos sai como *tata*, para nós, *muzenza*, ele já é nosso pai, mesmo sendo uma criança. (Lucas Liberato de Moura Neto, *Muzenza Lundiamaze*)

Iniciados e confirmados são uma coisa só. A gente fala iniciados porque foram confirmados. Então todos são iniciados. O que diferencia é o seu cargo e sua função dentro do terreiro. Se você não incorpora vai ser levantada e apresentada para os outros, que você tem um cargo elevado, como *makota*. E dentro dessa função de *makota*, você pode exercer várias atividades elevadas dentro do terreiro. Como por exemplo, os *muzenzas* não podem ir aos quartos de santos sozinhos, mas as *makotas* podem. O *muzenzas* é como se fossem crianças, tudo que eles fizerem precisam de alguém para acompanhar e ensinar. É um renascimento. Os *muzenzas* ficam 21 dias recolhido, quando sai na sala é como se fosse um parto e a partir dali então passa





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

a ser guiada para as funções na casa, até adquirir os sete anos, que torna adulto, tornar-se *kota*. Já as *makota* (e *tatas*) a partir do momento que elas são suspensas, momento que elas são confirmadas, elas passam a ser adultas. Elas não passam por essa cronologia de tempo, elas já iniciam com sete anos. Todos os *kotas* nasceram *muzenza* e foram tomando as suas obrigações, foram se desenvolvendo até chegar a essa formatura da maturidade com sete anos, que se torna *kota*. Depois dos sete anos, vem 14 anos e 21 anos. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)

A diferença de *kota* para *makota* é assim: somente recebe o cargo e o título de *kota* depois de sete anos tomando de obrigação. A *makota* já nasce com sete anos. A *kota* leva sete anos para adquirir formação, a *makota* já nasce formada. Eu já tenho trinta e três anos de iniciada, eu iniciei em 1988. Primeiro você nasce, que é o *muzenza*, antes era a *iaô*<sup>19</sup>, na época quando fui iniciada. E vai tomando obrigação de um ano, de três anos, de cinco anos e sete anos, que é o diploma. Só após os sete anos que recebe seu cargo, seus direitos, suas contas de grau, o seu *runjeve*<sup>20</sup>. Depois de sete anos, você toma obrigação de catorze anos e vinte e um anos, que fecha o ciclo. E depois de vinte e um anos, de três em três anos, reforça as energias. (Joana Dark da Silva, *Kota Sesse Luanvy*).

Além desses, há a figura do *ndumbi*. O *ndumbi* é aquele que deseja se tornar filho da casa, isto é, ser candomblecista e que já passou pelo jogo de búzios. Nesta fase:

[...] a pessoa que tem interesse de iniciar passa pelo jogo de búzios primeiro, momento que vai definir as necessidades dele, espirituais, saúde e se realmente ele quer. Aí tem um processo que a gente chama de *ndumbi*. O *ndumbi* é o iniciante na força, aquele que está começando a gatinhar, que está tomando as primeiras lições. Aí ele vai ficar na casa, participar até onde ele pode, cada idade você pode participar de determinadas coisas. Então, ele vai até onde um *ndumbi* pode, ajudando nas funções da casa, até ele realmente vim fazer o santo, que é a feitura que ele passa ser *muzenza*. *Ndumbi* é aquele que já passou pelo processo do jogo dos búzios. (Lucas Liberato de Moura Neto, *Muzenza Lundiamaze*)

O que determina não é só os búzios, tem os testes também e o desenvolvimento, você entra como *muzenza*, todo mundo que entra aqui é *muzenza*, no período de *ndumbi* você passa por vários testes,

<sup>19</sup> Na nação bantu é mesmo que muzenza.

<sup>20</sup> É um fio-de-contas que os iniciados das nações Fon e Nagô-Vodum recebem ao fazer a complementação de suas obrigações rituais, aos sete anos. representa a ligação do homem com o divino e simboliza a maioridade dentro da religião, não tendo, contudo, o sentido de status. (Kileuy e Oxaguiã, 2009).



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

para ver se você aflora para mediunidade ou não. Primeira coisa é saber o santo, se você incorporou, aí vai nos búzios para confirmar, esse é *muzenza*, agora se insistir e insistir, que foi o meu caso, que cheguei a tomar dez banhos no dia e nada de incorporar, aí esse é *tata*. Tudo aqui é consultado, a gente mesmo não manda nada, a gente é mandado. (Antônio Renato da Silva, *Tata Lembogy*)

*Ndumbi* são aqueles que não passaram por nenhum processo (de iniciação), eles estão ainda no momento de acolhimento, de observação, para eles mesmo decidirem que eles querem ou não querem fazer parte desse território. Só quando eles decidem que já estão preparados para fazer esse renascimento, aí eles passam para a iniciação. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)

Cada filho dentro do terreiro tem suas funções, obrigações específicas. Todos contribuem para o pleno funcionamento e respeito às tradições do modo de vida no *candomblé*.

Tem a zeladora, que a gente fala *Mameto* de inquice, que é a matriarca, minha mãe. Aí tem os *tatas kambondos* que são os que tocam, os que cortam, os que plantam e cuidam de toda a manutenção do território. Aí tem as *makotas*, que são as responsáveis pela educação de ensinar as hierarquias, de ensinar as tradições. Tem os *kotas*, que são aqueles que ajudam na coordenação, nas distribuições de funções. E tem os *muzenzas*, que são os primeiros, iniciam dentro do terreiro. E tem os *ndumbi* que são aqueles que ainda não passaram por nenhum processo de ritual sagrado.

Todos nós, para além de ter esse cargo hierárquico, a gente tem um cargo de função, que é uma forma da gente organizar. Falo muito que o *candomblé* é a maior organização de cidadania e de administração de coordenação. Porque além de ser *makota*, dentro do meu cargo de *makota*, existe várias outras *makotas*, mas cada uma de nós temos uma função e assim vale para todos os cargos hierárquicos.

Das *kotas* têm as *kifunbeiras* que são as que cozinham, tem as *mamandengues* que são as que criam. Tem as *kotas* de *angúzo* que cuidam da limpeza dos quartos de santos. Tem as *kotas babas* que cuidam do salão, que são das *kotas* da sala, que cuidam do dia de toque. Elas cuidam da organização do salão. Cada um aqui tem uma função.

Nós temos um nome de tradição e cada nome para nós é o que nos dá designação da função. *Kidoialê* significa pequena mulher que transmite os saberes. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)

Tem o *tata* responsável pela sacralização dos animais, pelas coletas das ervas, o que toca os atabaques, os que cantam, os que despacham o *ebó*, os que fazem a limpeza, que guarda a casa, então todos têm uma função, e tem mais de um que faz a mesma função. E cada santo tem seu *tata*. (Antônio Renato da Silva, *Tata Lembogy*)



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

Os adeptos ou clientes são aqueles que frequentam o terreiro nos dias de sessões públicas, festividades ou nas consultas com a Mãe Efigênia. De acordo com Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*, os adeptos ou clientes é um público variado em termos numéricos, mas a maioria reside em Belo Horizonte.

Os clientes são pessoas que querem consultas, benzeção. A gente chama de clientes ou adeptos, mas quando eles estão dentro do terreiro ou na hora do culto a gente fala adeptos, quando eles estão para uma consulta, um atendimento particular fala cliente. Não é cliente porque você cobra, mas porque ele está te demandando um serviço. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

### 3. Motivação do Registro

O Território Tradicional do *Manzo* é considerado um lugar de referência por ser um espaço de preservação da vida humana e não humana e se organiza a partir do modo de vida ancestral e cultural do povo de *nguzu*<sup>21</sup> (axé), ou melhor, das comunidades tradicionais de matriz africana. É um lugar que acolhe e compartilha os modos e saberes das tradições afro-brasileiras. Para Mãe Efigênia, o terreno do terreiro acolheu seus inquices, tornando-se um espaço sagrado de grande referência para Santa Luzia.

Seu valor patrimonial reside na sua capacidade de comunicar temporalidades, espacialidades, ancestralidades, identidades e elementos da cultura de matriz africana cravada na história luziense e brasileira.

Além disso, o Território Tradicional do *Manzo* é um lugar que promove o equilíbrio social e o respeito ao cidadão. Preserva memórias e tradições. É concebido também como lugar sagrado, que propaga a cultura bantu e desenvolve, naqueles que o frequentam, o sentimento de pertencimento.

As narrativas abaixo aludem para os diferentes motivos que fazem desse lugar, isto é, o Território Tradicional do *Manzo*, um bem cultural.

A importância do terreiro pra mim é o que me dá condições de me sentir humana. O único lugar que sou tratada com respeito O terreiro me coloca com essa importância, com essa autonomia. Então ele me dá essa segurança, que eu possa me sentir enquanto ser humano. Em outro espaço eu sou vista ora com repulsa, com racismo ou como uma mão de obra. Olha, essa deve ser boa pra cozinhar, nó, você tem cara de que cozinha bem. Tem cara que passa uma roupa bem. Sempre olhando pra gente como essa mão de obra escrava. E o terreiro não, o terreiro me dá essa liberdade de entender que faço parte de uma sociedade, não essa sociedade lá fora que me nega o tempo todo, mas essa que me complementa. O terreiro é isso.

---

<sup>21</sup> *Ngunzo* é o termo utilizado pela nação Angola de tradição banto, axé é utilizado pelo povo Iorubá e *exá* pelo povo Fon. “Em uma definição mais concisa, *nguzu* significa a força vital que todo o ser possui, seja ele do reino animal, vegetal ou mineral. A concepção de *nguzu* e *axé* é uma das muitas similaridades que encontramos nas culturas dos diversos grupos africanos que vieram para o Brasil. Mesmo que o primeiro conceito seja centro-africano, e o segundo sudanês, ambos têm o mesmo sentido nas cosmovisões dos dois grupos. A presença do conceito de *nguzu* fazia parte da cosmovisão dos negros bantos, antes da chegada deles ao Brasil e de tomarem contato com os sudaneses nas senzalas”. (PREVITALLI, 2012, p. 161-162)





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

Hoje vejo muitos terreiros como uma organização para um modo de vida. De um povo que foi impedido de ter organização. E aqui estamos nós, a minha continuidade. Então preciso preservar o terreiro para garantir a continuidade do meu povo, da minha família, dos meus netos. E o terreiro me dá segurança disso, de poder dizer: a gente não tem nada lá fora, que diz que é nosso, mas a gente tem o terreiro, que nos dá essa condição de pertencimento.

Gosto muito de falar que somos um povo coletivo, mas que vive de um modo muito compartilhado. Então tudo que a gente faz aqui, a gente compartilha com o outro e muito que o outro tem ele compartilha com a gente. E é muita coisa, doença, alegria, tristeza, afeto, riqueza, patrimônio, tudo isso é compartilhado.

O terreiro mantém uma aproximação, de acolhimento, de afeto, de partilha. O terreiro, por exemplo, se passa uma pessoa aqui pedindo um prato de comida, o terreiro traz ele pra dentro, dá ele comida e devolve ele a cidadania, perguntado pra ele o nome, quem ele é, de onde ele vem. Isso é devolver a pessoa a sua própria cidadania, saber de onde você veio. O terreiro faz muito isso. Então o terreiro, para a cidade, tem uma contribuição fundamental para o equilíbrio social, mas a cidade não olha para o terreiro com esse olhar. Olha só com o olhar exótico, de um espaço só de cultura, mas é também um espaço de trabalho de atuação, de ação social.

Aqui a gente dá comida para nosso sagrado, mas a gente convida toda a vizinhança, a cidade toda pra vim comer com a gente. E isso você não vê em outro lugar. Tudo que é nosso é para ser compartilhado. Até o nosso modo de curar, de cantar, de louvar, de cultuar, de plantar. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)

Eu comprei isso aqui para ser um lugar para me descansar, não sabia que estava comprando isso aqui para ser um amparo do que eles fizeram. Então tive que vim pra cá, porque todo mundo foi para o abrigo do Granja de Freitas e lá não podia entrar com os assentamentos de santo, aí vim pra cá, isso aqui chamo de salvação da vida, lugar acolhedor para os meus inquite e assentamento. Aqui é muito importante, lugar que acolheu todos os assentamentos de todos inquite. A coisa mais importante do mundo é eu levantar de manhã, tomar a benção para o tempo, tomar benção para a terra, tomar minha água e olhar pra cima e falar: senhor me dá força para guiar meu rebanho. Aqui encontrei um acolhimento pra mim e para os filhos, então aqui é um lugar de acolhimento. E acolho todo mundo que chega aqui na porta, que bate eu boto pra dentro. Tem dia que não tem nem o pó de café para fazer o café, aí falo: pega a alfavaca e vamos dar chá de alfavaca. Agora o pão não falta, busca 30 pãezinhos e faz chá de alfavaca, faz café ou o que tiver e todo mundo come. Aqui divide tudo. A gente é uma comunidade que você tem que aprender a dividir desde pequeno. Todo mundo tem que aprender a dividir. O *Manzo* representa a minha vida, representa a minha alegria, minhas dificuldades que passei por aqui, as várias experiências que tive. (Mãe Efigênia)



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

É importante não só pra mim, mas para outras pessoas também, porque você vê de tudo, até a reeducação das pessoas, de uma criança pedir bênção, respeitar os mais velhos, respeitar as outras pessoas. E até mesmo valorização da natureza, a importância do convívio social, aprender a conviver com outras pessoas, sem contar o aspecto religioso, aqui, não só para nós, como para outras pessoas, aqui é a referência para a religião, de comportamento, de estrutura, de hierarquia. (Lucas Liberato de Moura Neto, *Muzenza Lundiamaze*)

Pra mim, o terreiro é a minha vida. Praticamente desde que entendo por gente estou dentro da religião. Eu confirmei com 17 anos, então acompanho minha mãe desde o ventre dela. E daqui tiro tudo: o meu aprendizado pessoal, espiritual e o sustento da minha família. Então o *Manzo* pra mim é tudo, ajudo minha mãe na preparação dos novos *tatas*, *muzenzas*, *makotas*, ajudo no atendimento dos clientes, preparar os *ebós*, levar as comidas dos santos, catando folha, limpando, fazendo a manutenção. Moro mais aqui que na minha casa, fico aqui de segunda a sábado. (Antônio Renato da Silva, *Tata Lembogoy*)

Vou falar pra você, se um dia acabar o terreiro, acaba a vida, porque nascemos dentro do terreiro, nascemos dentro de uma senzala, fomos reconhecidos como quilombolas. Se um dia acabar o legado do terreiro, acaba tudo. O terreiro é tudo para nós, para minha família, para meus filhos, que são feitos, que são iniciados, os meus netos, que são feitos e iniciados no terreiro. Eu vivo pelo terreiro. Eu vivo e respiro terreiro. E fiz um juramento: enquanto vida eu tiver, enquanto eu respirar, vou dedicar a minha vida ao terreiro. Como dizem os meus irmãos: eu não tenho direito de escolha. Tenho que dar continuidade ao legado da minha mãe. Não é tomar o lugar da minha mãe, é estar do lado da minha mãe.

Hoje vejo Santa Luzia como um espaço que a gente pode ter tudo ali, pode plantar, pode colher, pode ter um poço mínimo de criação de peixe. O espaço de Santa Luzia é o verdadeiro sagrado. (...) Porque ali tem amor plantado, tem carinho. Tem ervas de Santa Luzia, que tem fundamento, antes de plantar a planta faz o fundamento. Você entrou [no terreiro de] Santa Luzia, no portão, você pisa no fundamento, que está plantado ali no chão. Antes de entrar no barracão, ali no terreiro, tem um fundamento ali no chão, você entrou no barracão lá dentro tem outro fundamento. Cada comado dentro do sagrado tem um fundamento, que é plantado, é feito com reza. Santa Luzia como espaço para o sagrado foi uma das melhores opções. O prefeito [de Belo Horizonte] nem imagina o bem que ele fez para nós e o mal que ele fez para [bairro] Santa Efigênia. Para o sagrado foi uma maravilha, depois de ter passado o desenrolar da história. Mas já sofremos muito ali em Santa Luzia, com resistência de vizinho, muita burocracia. (Joana Dark da Silva, *Kota Sesse Luanvy*)



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

#### **4. Anuência**

Os detentores do bem cultural participaram da produção do Dossiê de Registro através de entrevistas semiestruturadas, foram guias na apresentação do lugar, isto é, do Território Tradicional do *Manzo*, apontando os sentidos simbólicos que cada cômodo do terreiro possui, propuseram as ações de salvaguarda e fizeram o processo de leitura final do Dossiê, com o fim de apontar possíveis enganos ou omissões do estudo aqui apresentado.

Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

### 5. Documentação fotográfica

	<p>Foto 01 Território Tradicional do <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i>: terra do Caboclo Ubirajara Santa Luzia/MG</p> <p>Festa de <i>Kavungo</i></p> <p>Data: 2019 Acervo: Quilombo <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i></p>
	<p>Foto 02 Território Tradicional do <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i>: terra do Caboclo Ubirajara Santa Luzia/MG</p> <p>Visita da Rainha <i>Diambi Kabatusuila Mukalenga Mukaji de Nkashama</i>, da Ordem do Leopardo, da República Democrática do Congo</p> <p>Data: mar. 2019 Acervo: Quilombo <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i></p>



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

	<p>Foto 03 Território Tradicional do <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i>: terra do Caboclo Ubirajara Santa Luzia/MG</p> <p>Visita da Rainha <i>Diambi Kabatusuila Mukalenga Mukaji de Nkashama</i>, da Ordem do Leopardo, da República Democrática do Congo</p> <p>Data: mar. 2019 Acervo: Quilombo <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i></p>
	<p>Foto 04 Território Tradicional do <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i>: terra do Caboclo Ubirajara Santa Luzia/MG</p> <p>Rainha <i>Diambi Kabatusuila Mukalenga Mukaji de Nkashama e Mãe Efigênia</i></p> <p>Data: mar. 2019 Acervo: Quilombo <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i></p>

Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

	<p>Foto 05 Território Tradicional do <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i>: terra do Caboclo Ubirajara Santa Luzia/MG</p> <p>Rainha <i>Diambi Kabatusuila Mukalenga Mukaji de Nkashama</i> e Mãe Efigênia</p> <p>Data: mar. 2019 Acervo: Quilombo <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i></p>
	<p>Foto 06 Território Tradicional do <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i>: terra do Caboclo Ubirajara Santa Luzia/MG</p> <p>Mãe Efigênia na preparação do acarajé para ser servido no evento do Núcleo de Estudos de Cultura Popular</p> <p>Data:2017 Acervo: Quilombo <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i></p>





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

	<p>Foto 07 Território Tradicional do <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i>: terra do Caboclo Ubirajara Santa Luzia/MG</p> <p>Mãe Efigênia no momento da entrevista para produção do Dossiê de Registro do <i>Manzo Kaiango</i></p> <p>Data: 24 de setembro de 2021 Foto: Rildo César Souza</p>
	<p>Foto 08 Território Tradicional do <i>Manzo Ngunzo Kaiango</i>: terra do Caboclo Ubirajara Santa Luzia/MG</p> <p>Mãe Efigênia e Cássia, <i>Makota Kidoiale</i></p> <p>Data: 2019 Foto: acervo Makota Cassia Kidoialê (créditos da foto: Daniela Goulart)</p>



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

## 6. PLANO DE SALVAGUARDA

### 6.1. Diagnóstico da situação do bem cultural imaterial na ocasião do início da instrução do processo de Registro

O Território Tradicional do *Manzo* é um lugar que salvaguarda a herança cultural de matriz africana, por meio dos cultos aos *minkisi* e pela prática e divulgação da cosmovisão bantu. Entretanto, o terreiro, assim como outros de matriz africana, lida com a carga do preconceito, do racismo, da intolerância religiosa e com a falta de reconhecimento, entre outros tipos de injúria e desrespeito.

Além dessas questões, os detentores apontaram que é fundamental a preservação de ambientes naturais na cidade, uma vez que eles estão inseridos para a continuidade da religião candomblé. Como destaca Sant'Anna (s/d):

No terreiro de candomblé, a área do mato é indispensável à existência do culto, não só porque contém árvores consideradas sagradas, plantas e ervas utilizadas nos rituais, mas porque simboliza a natureza – origem e destino de todas as coisas. Todos os terreiros mais antigos possuem, ou um dia possuíram, uma grande área de mato. Com o crescimento da cidade, contudo, e, em decorrência de a maioria das associações de candomblé não ter a propriedade dos terrenos que ocupam, muitas dessas áreas verdes foram invadidas ou duramente mutiladas. (SANT'ANNA, s/d, p. 7)

Mãe Efigênia resume desse modo as dificuldades que as comunidades de terreiro de candomblé têm para se manterem nos centros urbanos:

Hoje é muito difícil fazer candomblé na cidade, por causa de três motivos, primeiramente por causa do som, que não pode tocar até mais tarde; e segundo você não encontra folhas, não tem como plantar na cidade; e outra coisa é a perseguição que é muito grande, perseguição, racismo é muito grande. E você não tem liberdade, não tem uma água corrente, não tem uma mata. (Mãe Efigênia)

Dessa forma, as ações de salvaguarda foram pensadas no sentido de promover a valorização, o conhecimento, o respeito e autossuficiência das práticas socioculturais e religiosas vivenciadas e desenvolvidas no Território Tradicional do *Manzo*.





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

## **6.2. Diretrizes para a valorização e a continuidade do bem junto à comunidade e descrição detalhada das ações a serem desenvolvidas**

As diretrizes para a valorização e a continuidade do Território Tradicional do *Manzo* foram indicadas pelos detentores do bem cultural. As medidas apontadas por eles foram:

- a) Promover políticas públicas de inclusão produtiva para a manutenção das práticas culturais e tradicionais no Território Tradicional do *Manzo*, incentivando a produção de velas e cerâmicas artesanais, criação de aviários, horta comunitária, entre outros solicitados pelos detentores.

Tal medida visa promover a autossuficiência do terreiro no que diz respeito à fabricação de insumos (como porrões, sopeiras, alguidares, vasos, talhas) que são usados cotidianamente e geram muitos custos financeiros.

- b) Promover políticas públicas de valorização e de reconhecimentos dos saberes tradicionais dos mestres do terreiro para implementação de ações que garantam a execução das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. É necessário que os mestres sejam remunerados como mestre de saberes tradicionais; para isso, é fundamental que a Prefeitura crie programa de reconhecimento dos saberes dos mestres.

Tal ação pretende implementar de forma efetiva os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros nas escolas municipais, agregando os conhecimentos dos mestres dos saberes tradicionais nas matérias/disciplinas da grade curricular. Além disso, busca-se promover o reconhecimento do saber desses mestres no território municipal.

- c) Criar mecanismo de reconhecimento da “Matinha”, situada em frente ao Território Tradicional do *Manzo*, como área verde, assim como um espaço de manutenção das práticas culturais e tradicionais da comunidade de terreiro,



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

visando à recuperação e à preservação da mina d'água e do replantio de ervas sagradas, danificadas por receber vestígio de esgoto domiciliar.

Tal medida propõe preservar a área verde situada às margens do Território Tradicional do *Manzo* com o fim de garantir a continuidade das práticas do lugar.

- d) Promover ações para implementar e garantir o turismo de base comunitária dentro da comunidade de terreiro registrada, proporcionando sustentabilidade a partir de visitas guiadas pelos próprios detentores, buscando formação de turismo para a comunidade em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Tal ação visa promover a valorização e a divulgação das práticas socioculturais e religiosas do terreiro, assim como sua sustentabilidade.

- e) Realizar inventários das três principais festividades do Território Tradicional do *Manzo*, sendo elas: *Matamba*, *Kukuana* e a do Caboclo Ubirajara.

Tal medida pretende produzir conhecimentos sobre as festividades realizadas no terreiro, assim como promover a inclusão da herança cultural imaterial dos afrodescendentes nas políticas públicas de patrimônio cultural

- f) Incluir no calendário cultural municipal as festividades do Território Tradicional do *Manzo*.

Tal medida objetiva divulgar as festividades que ocorrem no Território Tradicional do *Manzo* com o fim de inclui-las como uma das variadas manifestações culturais religiosas que Santa Luzia possui.

- g) Repasse de subvenção para garantir a manutenção das três festividades tradicionais do Território Tradicional do *Manzo*, sendo elas: *Matamba*, *Kukuana*



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

e a de Caboclo Ubirajara, devendo ser incluída na Lei Orçamentária do município.

Tal ação objetiva destinar recursos públicos para manutenção de algumas festividades do terreiro.

- h) Desenvolver feiras, festivais e outras ações culturais que deem visibilidade às culturas e às tradições dos territórios tradicionais.

Tal ação propõe promover a visibilidade das práticas culturais e tradicionais das comunidades de terreiro no município de Santa Luzia.

- i) A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo deve promover reunião semestral com os detentores para discutir o andamento ou a revisão da salvaguarda do bem cultural.

Tal medida visa criar mecanismo de atuação dos detentores sobre o processo de implementação e de mudanças das ações de salvaguarda do bem cultural.

- j) Produzir registro audiovisual dos modos de vida e das práticas culturais do terreiro para divulgação em eventos culturais, exposições, amostras, entre outros.

Tal ação objetiva promover a visibilidade e a inclusão do bem no cenário cultural do município de Santa Luzia.







Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

### 6.3. Cronograma gráfico das ações de salvaguarda

Atividades	Ano seguinte (2022)	Ano seguinte (2023)
Promover políticas públicas de inclusão produtiva para a manutenção das práticas culturais e tradicionais no Território Tradicional do <i>Manzo</i> , incentivando a produção de velas e cerâmicas artesanais, criação de aviários, horta comunitária, entre outros solicitados pelos detentores		
Promover políticas públicas de valorização e de reconhecimentos dos saberes tradicionais dos mestres do terreiro para implementação de ações que garantam a execução das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. É necessário que os mestres sejam contratados como mestres de saberes tradicionais; para isso, é fundamental que a Prefeitura crie programa de reconhecimento dos saberes dos mestres.		
Criar mecanismo de reconhecimento da “Matinha”, situada em frente ao Território Tradicional do <i>Manzo</i> , como área verde, assim como um espaço de manutenção das práticas culturais e tradicionais da comunidade de terreiro, visando à recuperação e à preservação da mina d’água e do replantio de ervas sagradas, danificadas por receber vestígio de esgoto domiciliar.		
Promover ações para implementar e garantir o turismo de base comunitária dentro da comunidade de terreiro registrada, proporcionando sustentabilidade a partir de visitas guiadas pelos próprios detentores, buscando formação de turismo para a comunidade.		
Realizar inventários das três principais festividades do Território Tradicional do <i>Manzo</i> , sendo elas: <i>Matamba</i> , <i>Kukuana</i> e a de Caboclo Ubirajara.		
Incluir no calendário cultural municipal as festividades do Território Tradicional do <i>Manzo</i> .		
Repasse de subvenção para garantir a manutenção das três festividades tradicionais do Território Tradicional do <i>Manzo</i> , sendo elas: <i>Matamba</i> , <i>Kukuana</i> e a de Caboclo Ubirajara.		
Desenvolver feiras, festivais e outras ações culturais que deem visibilidade às culturas e às tradições dos territórios tradicionais.		
A Secretaria de Cultura e Turismo deve promover reunião semestral com os detentores para discutir o andamento ou a revisão da salvaguarda do bem cultural.		
Produzir registro audiovisual dos modos de vida e das práticas culturais do terreiro para divulgação em eventos culturais, exposições, amostras, entre outros.		

#### Legenda

	Concluída
	Em andamento
	Ação a ser implementada
	Não realizada





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

## 7. Referências

BARBOSA JUNIOR, Ademir. O essencial do candomblé. São Paulo: Universo dos Livros. 2011.

BARROS, Elizabete Umbelino de. Línguas e linguagens nos candomblés de nação angola. 2007. 295f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-27112009-102203/pt-br.php>> Acesso em 20 de setembro de 2021.

BASTIDE, Roger. O Candomblé da Bahia (rito nagô). Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1961. Disponível em: <<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/361/1/313%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>>. Acesso em 27 de outubro de 2021.

BRAGA, Liliane Rodrigues de Oliveira. Etnocartografia e modelagem do território sagrado das comunidades tradicionais de candomblé, Santa Luzia, MG. 2014. 87f. Dissertação (Mestrado em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/IGCM-9STNKN>> Acesso em 20 de setembro de 2021.

CARNEIRO, Edison. Religiões negras: notas de etnografia religiosa; Negros Bantos: notas de etnografia religiosa e de folclore. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: Brasília: INL, 1981.

CASTANHA, Taísa Domiciano. Religiões afro-brasileiras em Belo Horizonte e Região Metropolitana: conflitos, violências e legitimação. 2018. 148f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOSB9AHRF/1/taisa\\_domiciano\\_dissertacao\\_final\\_numerada\\_encadernar.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOSB9AHRF/1/taisa_domiciano_dissertacao_final_numerada_encadernar.pdf)> Acesso em 20 de setembro de 2021.

DAIBERT, Robert. A religião dos bantos: novas leituras sobre o calundu no Brasil colonial. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 7-25, janeiro-junho 2015.

KILEUY, Odé; OXAGUIÃ, Vera de. O candomblé bem explicado: nações bantu, ioruba e fon. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

LOPES, Nei. Dicionário banto do Brasil. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

MEIRELLES, Cléber dos Santos. Nguzu: um estudo sobre identidade do “povo do santo” no candomblé de matriz Kongo e Angola. 2017. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MELO, Adriano de. 75% dos escravos levados para o Brasil eram banto. Fundação Cultural Palmares, 2018. Disponível em:<<http://www.palmares.gov.br/?p=2889>> Acesso em 01 de outubro de 2021

MORAIS, Mariana Ramos de. O candomblé na metrópole: a construção da identidade em dois terreiros de Belo Horizonte. 2006. 132f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MUIANDÊ, Mametu N’kise; KIDOIALE, Makota. Manzo, Ventos fortes de um kilombo: Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2017.

PREVITALLI, Ivete Miranda. Tradição e traduções. 2012, 231f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANT’ANNA, Márcia. Escravidão no Brasil: os terreiros de candomblé e a resistência cultural dos povos negros. Iphan, s/d. Disponível em:<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/Escravidao\\_no\\_Brasil.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/Escravidao_no_Brasil.pdf)> Acesso em 04 out. 2021



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

### Relação dos entrevistados

Nome do entrevistado	Data	Idade	Identificação do ator social
Antônio Renato da Silva, mais conhecido como Renato	29/09/2021	50 anos	<i>Tata Lembogy,</i> responsável pela sacralização dos animais
Lucas Liberato de Moura Neto	29/09/2021	43 anos	<i>Muzenza Lundiamaze,</i> ajuda na educação dos iniciados
Efigênia Maria da Conceição, mais conhecida como Mãe Efigênia	22/09/2021	75 anos	<i>Mametu N'Kise Muiandê,</i> líder da comunidade
Cássia Cristina da Silva	17/09/2021	51 anos	<i>Makota Kidoiale,</i> transmite os saberes.
Joana Dark da Silva	22/11/2021	55 anos	<i>Kota Sesse Luanvy</i>



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

## 8. Ficha técnica

### FICHA TÉCNICA

#### **PROCESSO DE REGISTRO DO TERRITÓRIO TRADICIONAL DO MANZO NGUNZO KAIANGO: TERRA DO CABOCLO UBIRAJARA**

Elaborado entre os meses de agosto a novembro de 2021

**Prefeitura Municipal de Santa Luzia**  
**Secretaria Municipal de Cultura e Turismo**  
Rua Direita, nº 408, Centro, CEP 33.010-000 – Santa Luzia/MG  
Telefone: (31) 3649-7924  
Email: cultura@santaluzia.mg.gov.br

**Secretária Municipal de Cultura e Turismo**  
Joana Maria Teixeira Coelho Moreira

**Setor de Patrimônio Cultural**  
Maria Clara de Assis – conservadora-restauradora de bens móveis e integrados  
Marco Aurélio Carvalho Fonseca - historiador

**Consultoria**  
Minas Cidades Consultoria em Patrimônio Histórico e Cultural

#### **Equipe técnica (execução)**

---

Marco Aurélio Carvalho Fonseca  
Setor de Patrimônio Cultural  
Historiador  
Revisão do Dossiê de Registro

---

Maria Clara de Assis  
Chefe do Setor de Patrimônio Cultural  
Conservadora-restauradora de bens móveis e  
integrados  
Revisão do Dossiê de Registro

---

Andreia Ribeiro  
MinasCidades  
Historiadora e cientista social  
Pesquisa de campo, entrevistas e produção  
textual

---

Rildo César Souza  
MinasCidades  
Historiador  
Entrevistas, transcrições, pesquisa de campo,  
produção textual e revisão



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

## **9. Cópia da ata da reunião do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural**





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

## **10. Cópia do documento de homologação do processo de Registro**



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

## **11. Cópia da inscrição no Livro de Registro Municipal**



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

### **Anexo I**

Narrativa de Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*, sobre as arbitrariedades cometidas pela Prefeitura de Belo Horizonte com o quilombo *Manzo Ngunzo Kaiango*

Eu nasci em Belo Horizonte em casa mesmo, no bairro Santa Efigênia, hoje bairro Paraíso. Antes era conhecido com Santa Efigênia, falo que cada gestão eles dão um nome para aquele lugar. Hoje eles falam bairro Paraíso, é bem perto da mata da Baleia. A mata da Baleia era nossa referência de mata sagrada. Em 1970 o Preto Velho da minha mãe, ele ganhou um recurso e pediu para que comprasse um pedaço de terra para ele poder construir a senzala. Lá foi construída a senzala e a orientação que ele deu foi que seria um espaço de acolhimento e todo mundo que nascesse ali teria uma missão de manter as tradições daquele lugar. Era um terreiro de umbanda. Em 1986 que ele mudou para um terreiro de candomblé, porém, mesmo assim a gente mantinha todas as tradições, a cultura, o ritual da umbanda. O próprio Preto Velho da minha mãe que foi nos orientando das nossas tradições e a partir dela a gente foi resgatando e transmitindo esses saberes.

Em 2005 a gente conseguiu um recurso para fazer uma reforma dentro do terreiro. Seria três terreiros; dois de Belo Horizonte– o nosso e um do Barreiro – e outro de Contagem. Quando fomos na Prefeitura de Belo Horizonte pedir um alvará é que fomos entender dessas burocracias, a partir desse recurso. Precisava do alvará para fazer a reforma, porque seria com recurso federal. E aí deparamos com a Prefeitura dizendo que aquela terra não era nossa. Aí foi um desespero, porque quando a minha mãe comprou nós éramos muito pequenos. Minha mãe comprou, pagou as prestações tudo direitinho, porém a gente foi descobrir que lá era terra de grilagem, na verdade a terra foi ocupada e vendida como parte dessa terra para minha mãe. Aí fomos tentar regularizar o terreno e a Prefeitura falou que o terreno pertencia ao governo do Estado e com o governo do Estado não poderia fazer nenhum tipo de usucapião, porque eram terras devolutas. Aí voltamos à [Fundação] Palmares, pedimos que nos ajudasse a fazer com que a Prefeitura desse para a gente o alvará para a gente fazer a reforma. Porque senão a gente ia perder o recurso, enquanto ao processo da regularização do terreno desse encaminhamento.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

Quando a Palmares leu toda a história – histórico de luta, de resistência e vivência dentro daquele território –, diz pra gente que o que eles estavam lendo ali era toda uma história de um povo quilombola, de uma comunidade quilombola. Que existia um processo de autorreconhecimento, mesmo estando numa área urbana como Belo Horizonte. E assim começamos a organizar toda a documentação, entendendo que a história da minha mãe se dava lá em Ouro Preto, no Morro das Queimadas, que era uma área totalmente identificada por escravizados. A minha avó foi mineradora, trabalhou na mina tirando ouro. Minha avó também trabalhava numa fazenda para engomar roupas. Quando veio para Belo Horizonte, veio muitos policiais, muitos filhos de militares para morar no bairro Santa Efigênia. Veio muita oportunidade das mulheres daquela região vim para Belo Horizonte para poder ocupar essa função de lavar e engomar as fardas. Então foi uma condição que minha avó achou que valia apenas de vim para Belo Horizonte. Então, ela juntou os filhos dela e foi. Quando a gente conta essa história toda para Fundação Palmares, eles entendem que nós somos uma comunidade de remanescentes de quilombo. E aí então começamos a entender, porque a gente pensava que quilombo era só Palmares, na escola nunca falou sobre quilombo. Tanto é que fizemos um documentário e fomos perguntar às pessoas em Belo Horizonte se elas sabiam da existência de quilombo no Brasil: a única referência que elas davam era Palmares.

Então fomos organizar toda essa documentação junto com o Cenarab [Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira] e aí nós perdemos o recurso federal, porque demorou muito o processo. Em 2007, nós conseguimos o certificado da Fundação Palmares. Com o certificado acho que incomodou um pouco o poder público. Porque existia um programa Brasil Quilombola e esse programa era de reconhecimento, de demarcação de terra e titulação. Então isso poderia causar um grande problema para o Estado, uma vez que o quarteirão quase todo que vivíamos era de uso da própria comunidade, que foi na verdade tomado da gente, mesmo com a minha mãe tendo comprado, ainda sim a minha mãe teve que enfrentar muito os homens daqueles lugares, porque eram militares, eram de famílias militares. Minha mãe é mulher numa comunidade formada de mulheres, então a minha mãe acabou perdendo maior parte do terreno, ficando hoje só com uma área de 360 m<sup>2</sup> ocupada.





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

O processo de regularização e titularização de terra é um processo quase impossível, principalmente para a população negra, pois parte dele é muito caro e geralmente são terras de herdeiros ou então de terras devolutas. Então, quando a terra não tem um dono, que é herdeiro de uma família tradicional de Belo Horizonte, ela é do Estado. Nós [negros], desde a época da abolição, nós não tivemos terra e até hoje não temos. E a condição que a gente tinha para poder ocupar eram terras devolutas. Então, quer dizer, tudo que não era de alguém, do senhor [escravocrata], era do Estado.

Tentamos dialogar com o Estado – isso começou em 2006 – e quando a gente vai na Prefeitura dizendo que tínhamos um documento de reconhecimento de comunidade quilombola, isso foi uma grande provocação para a Prefeitura. Ela entendeu isso como se nós estivéssemos dizendo que tinha direito de uma coisa que nunca teve. E a Prefeitura disse: nós nunca vimos quilombos aqui e aí a gente teve que buscar a história da cidade e a gente entendeu que antes de nós existia mais duas comunidades, antes mesmo de Belo Horizonte chegar já tinha o quilombo dos Luízes e o quilombo de Mangueiras, são comunidades mais antigas que a própria cidade. A Prefeitura achou isso uma afronta, porque estávamos mostrando o programa que foi criado dentro do Governo Lula e inserindo esse programa de um projeto, de uma organização de construção urbana que não encaixava quilombos. Eles não queriam aceitar. A Prefeitura começou a nos emitir várias notificações dizendo que nosso esgoto estava incomodando, que a nossa água estava incomodando, a nossa luz estava incomodando, os fios estavam incomodando. Então tudo estava incomodando. Na beira da nossa casa não tem passeio, porque a gente ocupou o limite que era nosso. E quando veio a urbanização a gente não quis recuar, então eles multaram a gente por isso também. E aí começou a chegar muita multa, e nesse momento a gente estava com um grupo de antropólogos da UFMG, que chama NuQ [Núcleo de Estudos Quilombolas]. E um professor estava fazendo o doutorado junto com a gente, e quando ele começou a entender todos esses relatos ele pega e fala: a gente vai ajudar vocês. Então, eles começaram a nos orientar para podermos denunciar o próprio Estado. Isso nunca passou na nossa cabeça, que poderia denunciar a polícia, Estado, Cemig, Copasa. Ninguém nunca falou isso pra gente, que existia a Defensoria Pública, Ministério Público, existia órgão que defendia os direitos humanos. Aí a gente começou junto com a UFMG, com



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

o pessoal do NuQ, a enfrentar o Estado. E aí o Preto Velho da minha mãe, sempre nos orientou muito. Ele pega e falou que era pra mim poder fazer uma escrita perguntando para o dono maior como ele conseguiu ser dono dessa terra? E assim, então o pessoal da UFMG me ajudou escrever uma carta. Junto do Movimento Negro e o pessoal dos Movimentos Sociais ia ter a Primeira Conferência de Igualdade Racial<sup>22</sup> aqui no Brasil, e logo depois do acordo do Tratado de Durban<sup>23</sup> foi criada a SEPPIR [Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial]<sup>24</sup>.

Então a SEPPIR fez a primeira Conferência de Igualdade Racial e o pessoal dos movimentos negros começou a se organizar para poder ir nessa conferência. Como a UFMG vinha acompanhando esses movimentos, eles me orientaram e falaram: aproveita e vai lá e tenta levar essa carta, porque vai ter um encontro do Lula com as mulheres de matriz africana, as mulheres de axé. Peguei e falei: então eu vou. Foi a primeira vez que saí da comunidade, primeira vez que saí de Belo Horizonte. E aí fui para Brasília, cheguei em Brasília e não consegui falar com o Lula, mas consegui colocar a carta na mão dele. E aí nisso, quando ele leu, ele manda a [Fundação] Palmares vir aqui. Aí quer dizer que ele leu a carta. Acho que ele ficou sensibilizado, porque a gente pergunta isso mesmo. Se o Estado era dono dessas terras, como o Estado conseguiu apropriar dessas terras? – porque o que a gente entendia é que todas essas terras pertenciam aos indígenas. Qual foi o mecanismo que o Estado conseguiu para regularizar essas terras? Porque a gente também queria regularizar as nossas terras. E aí a Palmares vem e faz uma visita ao *Manzo*, e abre uma ação para regularização das terras do *Manzo*; mesmo ainda com a Palmares, a Prefeitura [continuou] o tempo todo ignorando, a gente não conseguiu regularizar através da Prefeitura e aí, quando foi em

---

<sup>22</sup> No período de 11 a 14 de maio de 2005 foi realizada a primeira Conferência Nacional de Políticas de Promoção da igualdade Racial, sob a coordenação da Seppir e do Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial - CNPIR.

<sup>23</sup> A Conferência de Durban é como fica conhecida a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela ONU contra o racismo e o ódio aos estrangeiros. É a primeira conferência patrocinada pela Organização das Nações Unidas e que se realizou entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001 na cidade de Durban, na África do Sul.

<sup>24</sup> A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) foi um órgão do Poder Executivo do Brasil. Foi criada em 21 de março de 2003 e sua extinção ocorreu em 2 de outubro de 2015.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

2012, mesmo com a Palmares já tendo visitado o *Manzo*, a Prefeitura vem com uma ordem de despejo do nada.

A Prefeitura me chama para uma reunião, vou para a reunião, junto com a regularização urbana do município, estou lá sentada, conversando na Regional e minha mãe me liga e fala comigo assim: Cássia, tem cinco viaturas aqui na porta falando que é pra gente sair, é da Defesa Civil. Peguei e falei: tem gente lá em casa mandando todo mundo sair. Aí o pessoal da Regional vem comigo, porque nem eles conseguiram entender. E quando chego lá tinha uma ordem de despejo. Eram 12 famílias e eles ia levar as famílias para um abrigo público, porque lá estava com risco de desabamento. E não estava. Foi aí que denunciamos eles no Ministério Público Federal, fizemos uma denúncia, abrimos um processo no Ministério Público Federal. Aí o Ministério Público Federal manda um engenheiro para poder fazer avaliação, é quando o engenheiro faz essa avaliação. Aí vem um engenheiro que trabalhava no Iphan [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional], a pedido do MPF [Ministério Público Federal]. Aí eles fazem a vistoria toda e emite um laudo técnico de que não há risco de desabamento ali. O MPF dá um prazo à Prefeitura de 30 dias para arrumar, **minto**, aí vem essa história aqui: quando a Prefeitura chega com a ordem de despejo a gente pergunta pra eles: e o terreiro? Aí eles falam: a Prefeitura preserva vidas, ela não preserva patrimônio e objetos. Só que a gente falou: a nossa vida depende do terreiro, parte da nossa vida é o terreiro, não vem do terreiro, a nossa vida é o terreiro. Aqui todo mundo nasce, cresce e vive dentro do terreiro. A nossa educação, toda a nossa resistência, a nossa formação vem do terreiro.

Com isso, a minha mãe desesperada, porque falou vai quebrar o terreiro todo, vai quebrar tudo isso aqui. Eu não acredito. Porque foi a minha mãe que construiu o terreiro. Aí eles pegam e falam pra gente: ou a gente ia para o abrigo ou então as crianças seriam retiradas e levadas para o abrigo, porque os menores eles não ia deixar e iriam pegar e levar. Então, nos ameaçaram com nossos filhos. Aí minha mãe falou: não, meninos não. É uma comunidade com muitas crianças, uma comunidade de mulheres e é muita criança que tem.

Aí a gente aceita ir para o abrigo. Só que minha mãe tinha esse pedaço de terra aqui em Santa Luzia, um filho de santo ajudou ela comprar esse terreno aqui. Porque lá



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

estava sem referência de mata, então nós viemos para cá. Minha mãe comprou isso aqui para preservar toda a referência de ervas, que a gente precisava, porque a gente pegava na Baleia, e a Baleia estava proibindo o nosso acesso. Então estava ficando com dificuldade de ter espaços de referência para nossas ervas. Aí minha mãe pega e fala: tem aquele mato lá em Santa Luzia. Aí vamos atrás de caminhão para transportar os assentamentos pra Santa Luzia. Só que quando o caminhão chega lá, ele vê que é objetos de cultos africanos, eles negam para tirar. Aí a gente tentou três caminhão para poder trazer o sagrado pra cá, o último cobrou o dobro e aí conseguimos ratear dinheiro para poder pagar. Os vizinhos ajudaram a gente, para guardar os nossos móveis nas casas deles, porque no abrigo só podia ir com a roupa e o básico. Era roupa, fogão, televisão e geladeira. Porque o abrigo era pequeno e cada quarto abrigaria uma família. E nós fomos para o abrigo e minha mãe veio pra cá [Santa Luzia], com dois irmãos meus, que veio junto. Isso foi em 2012, no período do prefeito Lacerda. Eles começaram a nos convencer que a casa estava caindo e tinha um recurso para poder fazer uma reforma lá. Que era o recurso que tínhamos perdido, então a gente acreditou. Eles falaram que o terreiro não pode ir para o abrigo porque o Estado é laico. É muito absurdo essa justificativa, porque o Estado é laico, mas ele atua num conceito muito cristão. As leis são baseadas nas regras cristãs. Então veio pra cá em 2012, eles falaram que em nove meses devolveria tudo pra gente. Estaria tudo pronto, reformado. Então eles começaram a quebrar e a gente ficou até empolgado. Tirou telhado, tirou cozinha, tirou tudo do terreiro. Das casas eles não mexeram em nada. Só que quando deu nove meses a gente voltou no Ministério Público. Começaram 20 homens trabalhando na obra e de repente foram diminuindo os homens, nada de construir só levava entulho. E aquilo foi nos preocupando, estava perto da gente voltar e a gente não via reforma. Arrancaram toda a fiação das casas, arrancaram todas as encanações, deixaram tudo no padrão. Então começamos a ficar preocupados e voltamos na Defensoria Pública, fizemos uma audiência pública. Aí a Prefeitura disse que não tinha acordo de reforma não. E o acordo que tinha era somente de conter os riscos de desabamento, só que eles não quebraram as casas. Eram as casas que eram grudadas nos vizinhos, o terreiro era um espaço como esse aqui, não pode ter construção em cima e uma lateral dele toda tem que ter ventilação.



Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

Por que eles quebram só o meio? As casas lá são em baixo e em cima para poder conter, porque a gente ficou num espaço que era de 2.500 metros quadrados e ficamos num espaço de 360 metros quadrados, que os homens daquela região foram tomando da gente. Nesse espaço de 360 metros o modo de vida era nosso, nós não nos casávamos, mas constituíamos família e não saía do grupo.

Aí então começou a construir casas em cima. Aí quando veio pra cá, Santa Luzia, veio o meu irmão e irmã com minha mãe. Meu irmão mora no São Benedito, que é próximo daqui e fica entre esses dois territórios, e minha irmã mora em Venda Nova, que também fica entre esses dois territórios, para conseguir manter o grupo junto e ativo.

Quando o Ministério Público também viu que não estava acontecendo nenhuma reforma, manda uma ordem para a Prefeitura que com 30 dias tínhamos que estar dentro da nossa casa. E aí a Prefeitura tirou as fitas de isolamento e liberou para a gente entrar. Quando a gente chega lá, minha mãe adoeceu de tanto desgosto. O terreiro estava todo quebrado, onde que a gente dizia que era um espaço sagrado eles quebraram tudo. Aí minha mãe resolveu permanecer aqui, em Santa Luzia.

Começamos com um processo para que eles devolvessem o terreiro pra gente lá em Santa Efigênia. Só em 2013, o Iepha/MG (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) começa a pressionar o município e o município começa a pensar num registro de patrimônio, que era uma forma de proteger o espaço e, a partir dessa proteção, conseguir algum recurso para poder fazer a reforma do terreiro.

O Ministério Público conseguiu um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) e conseguimos uma reforma básica, que foi colocado para estruturar as casas com água, luz de novo, construir a cozinha do terreiro. Além do terreiro a gente tinha um trabalho com a comunidade que era oficina, aula de capoeira, de percussão. Minha mãe ganhava muita doação e ela distribuía, um trabalho, não tão organizado como é hoje, mas a gente tinha um trabalho social, que era o Preto Velho da minha mãe, que sempre fez. Então, ele dizia que a gente precisava de manter as portas abertas e compartilhar tudo aquilo que a gente aprendia com o outro, porque o mundo lá fora não sabia viver. Era pra gente compartilhar para eles poderem aprender, porque as pessoas têm que cuidar uma das outras. E assim é, minha mãe teve seis filhos biológicos, mas ela acolheu dentro da





Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Secretaria Municipal de Cultural e Turismo

*Quadro II C – Processo de Registro de Bem Imaterial, na esfera municipal*

nossa comunidade dezesseis jovens, crianças, que constituíram famílias, que criaram vínculo e a gente não sabe mais quem é irmão, quem não é irmão, quem é de sangue, quem não é de sangue. Então, construímos de uma família várias outras família, acabou sendo uma só. Quando a minha mãe vem pra cá [Santa Luzia], na hora que a gente chega aqui, vai inaugurar, foram os meninos de santos que construíram, hoje já tem três famílias morando aqui, as filhas do meu irmão, que moram com minha mãe, embora tenham as casas delas separadas.

A gente conseguiu ressignificar esse espaço, como espaço sagrado como era lá em Santa Efigênia, e a gente fica nesses dois territórios.

Quando foi em 2018 o Iepha<sup>25</sup> entra entendendo dessa relação entre Belo Horizonte e Santa Luzia, que era uma coisa só, aí então o Iepha vem e nos orienta a solicitar o pedido de patrimônio estadual, porque era uma forma de unificar os dois territórios em um só. Aí então começa o registro do Iepha. Aí registrou o quilombo e incluiu o terreiro do *Manzo Kaiango*, aqui de Santa Luzia, dentro do registro de patrimônio de Minas Gerais para que fosse um território de extensão. (Cássia Cristina da Silva, *Makota Kidoiale*)

---

<sup>25</sup> O Conselho Estadual de Patrimônio Cultural (Conep) reconheceu, por unanimidade, como patrimônio cultural imaterial, o quilombo *Manzo Ngunzo Kaiango*, no bairro Santa Efigênia, na Região Leste, com território original até o município vizinho de Santa Luzia.